



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

NIRE: 3230002668

CNPJ: 27.485.069/0001-09

Distribuindo mais energia para sua vida.

Relatório da Administração

Senhores e senhores acionistas, A Administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A ("Santa Maria" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2016 e 2015, as quais estão de acordo com as práticas contábeis internacionais e as adotadas no Brasil. Acompanha este documento o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e suas alterações. É prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, estando, porém, à disposição para acesso público no website da Santa Maria, sendo ainda publicado em mídia impressa na cidade e no estado da sua sede (Colatina e Espírito Santo), de acordo com a legislação brasileira.

Mensagem da Administração

O ano de 2016 para o estado do Espírito Santo, e em especial para os municípios que compõem a área de concessão da Santa Maria, foi marcado pelo agravamento da crise hídrica. O intenso e persistente período de estiagem que assola a nossa região desde 2014 levou o governo estadual a decretar situação de emergência em todo território do estado do Espírito Santo, por meio do Decreto nº 619-S, de 5 de maio de 2016. Essa estiagem, severa, vem acarretando significativos impactos econômicos, principalmente no setor agropecuário, um dos principais geradores de emprego e renda para a maioria dos municípios do estado do Espírito Santo. De acordo com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural ("INCAPER"), a estimativa de produção para a agricultura em 2016 foi de 5,5 milhões de toneladas, resultado 9,5% menor que o de 2015. Ainda segundo o INCAPER, no caso do café conilon, principal cultivo do setor agropecuário na área de concessão da Santa Maria, a queda acumulada na produção de 2014 a 2016 foi de 49%. Acrescenta-se, ainda, que houve racionamento em diversos municípios e priorização do consumo humano, com a consequente proibição de captação de água para irrigação. Considerando que a classe rural continua sendo a de maior representatividade da Companhia, com participação de 32,1% do mercado total, esse expressivo desempenho negativo do setor agropecuário do estado do Espírito Santo em decorrência da estiagem contribuiu de forma direta e relevante para a forte queda no consumo da classe rural na área de concessão da Santa Maria em 2016, que recuou 14,1% frente a 2015. Consequentemente, o mercado total da Santa Maria também foi impactado por esse fato e ao final de 2016 registrou queda de 6,3% em comparação com o ano de 2015. Apesar desses acontecimentos e do contexto macroeconômico adverso, a Santa Maria alcançou em 2016 EBITDA de R\$ 25,3 milhões e lucro líquido de R\$ 23,5 milhões. Além disso, registramos um aumento de 1,96% no número de clientes em relação a 2015 com mais de 2 mil novos clientes conectados à rede de distribuição de energia da Companhia. Os investimentos líquidos totalizaram R\$ 10 milhões e foram destinados principalmente ao reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica, refletindo na melhoria dos indicadores DEC e FEC, que apresentaram redução de 8,8% e 15,1% em relação a 2015, respectivamente, e do Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor ("IASC"), que foi de 72,36% em 2016, representando aumento de 18,17% frente ao índice de 2015 (61,23%). Outro fato importante foi a Revisão Tarifária Periódica ocorrida no mês de agosto de 2016, na qual, em decorrência dos investimentos realizados pela Santa Maria durante o ciclo tarifário (agosto/2011 a fevereiro/2016), obteve-se um aumento de 45,8% na base de remuneração líquida total, contribuindo para um acréscimo de 0,47% da Parcela B. Contudo, a redução de 4,25% da Parcela A, em decorrência, principalmente, da diminuição dos custos de aquisição de energia, combinada com o efeito negativo de 5,74% dos componentes financeiros, levou a uma redução média das tarifas percebida pelos consumidores de 9,52%. Para finalizar, não poderíamos deixar de registrar que o ano de 2016 também foi muito especial para a Santa Maria, que viveu um momento histórico ao celebrar 70 anos de existência, com muitas lutas e conquistas. Aos empregados, clientes, acionistas, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros da Santa Maria, às organizações governamentais e não governamentais do nosso relacionamento empresarial, e a todos os demais com quem compartilhamos esforços e vitórias, nossos agradecimentos.

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

1. A SANTA MARIA

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Colatina, estado do Espírito Santo, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 70 anos de existência. A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL. Em 09 de dezembro de 2015, a Santa Maria e a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), celebraram o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, em que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, ou seja, a vigência do contrato é até 7 de julho de 2045. Com uma área de concessão de 4.994 km², ao fim de 2016 a Santa Maria atendia a mais de 108 mil consumidores e uma população estimada de mais de 286 mil habitantes em 11 municípios do estado do Espírito Santo.



Número de consumidores e habitantes por município (em 31.12.2016)

Municípios	Consumidores	Habitantes ⁽¹⁾
1 Alto Rio Novo	3.251	7.979
2 Pancas	8.082	23.559
3 Águia Branca	4.487	10.075
4 São Gabriel da Palha	14.369	36.858
5 Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)	3.608	14.677
6 São Domingos do Norte	4.384	8.764
7 Governador Lindemberg	5.093	12.444
8 Colatina (exceto o distrito de Itapina)	52.078	123.598
9 Marilândia	5.901	12.479
10 São Roque do Canaã	4.858	12.483
11 Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria)	1.999	23.882
Total	108.110	286.798

(1) Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

A política da qualidade da Santa Maria está pautada em melhorar continuamente os serviços de distribuição de energia elétrica, buscando a permanente satisfação dos consumidores, e garantir, aos órgãos reguladores e fiscalizadores, a confiabilidade dos indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica e a melhoria contínua dos processos de coleta, apuração e entrega desses indicadores. São esses objetivos que impulsionam a Companhia a planejar e executar periodicamente os investimentos necessários em seu sistema de distribuição. O quadro a seguir apresenta os principais dados dessas instalações elétricas:

Ativos de distribuição

Descrição	2016	2015	Variação %
Subestações			
Quantidade	11	11	0,0
Potência instalada de transformadores (MVA)	658	658	0,0
Redes de distribuição próprias (Km)	7.845	7.825	0,3
AT (maior ou igual a 69 KV)	103	102	1,0
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	7.004	6.996	0,1
BT (menor que 1 KV)	738	727	1,5
Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)	15.388	15.117	1,8
Urbano	1.232	1.221	0,9
Rural	14.156	13.896	1,9
Potência instalada na distribuição própria (MVA)	338	331	2,1
Urbano	94	93	1,1
Rural	244	238	2,5
Postes em redes de distribuição (Quantidade)	83.724	81.622	2,6
Urbano	21.998	21.603	1,8
Rural	61.726	60.019	2,8

Além disso, a Companhia conta, ainda, com geração própria de energia elétrica de 4 pequenas centrais hidrelétricas, que estão em processo de desverticalização e serão transferidas em 2017, nos termos da documentação protocolada na ANEEL sob o nº 48513.026108/2016-00, para uma nova empresa já constituída para esse fim e denominada Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A. Os principais dados dessas instalações elétricas são apresentados no quadro a seguir:

Ativos de geração (em 31.12.2016)			
PCH	Potência Instalada	Número de Unidades Geradoras	Localização
Santa Maria	420 KW	2	Colatina/ES
Tabocas	464 KW	2	Santa Teresa/ES
Cachoira do Oito	240 KW	1	Colatina/ES
Cachoira da Onça	900 KW	2	São Gabriel da Palha/ES

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Santa Maria baseia sua governança nos princípios da ética e da transparência, e se empenha em adotar as melhores práticas de mercado, criando valor e diferenciais à sua gestão, além de empregar esforços adicionais para proteger o interesse de todos os seus acionistas. Aos acionistas da Companhia é garantido estatutariamente um dividendo mínimo calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Além disso, a Companhia optou por creditar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Adicionalmente, quando da prorrogação da concessão, ficou estabelecido que a Santa Maria adotará as normas de governança que vier a ser estabelecida pela ANEEL. Nesse sentido, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 078/2016, e deverá publicar ainda em 2017 essas normas de governança específicas para as concessionárias de serviço público de energia elétrica.

2.1 Estrutura da Administração

O nível mais alto da estrutura de administração da Companhia é a Assembleia de Acionistas, seguida pela Diretoria.



2.1.1 Diretoria

Conforme estabelece o Estatuto Social da Santa Maria, compete ao diretor-presidente, além das demais atribuições inerentes ao cargo, convocar as Assembleias Gerais, instalá-las e promover a eleição de seu Presidente, convocar e presidir as reuniões da Diretoria e estabelecer as diretrizes gerais para atuação da Diretoria. O diretor-presidente e os demais diretores são eleitos em Assembleia Geral Ordinária.

Composição da Diretoria (em 31.12.2016)

Nome	Cargo
Arthur Arpini Coutinho	Diretor-Presidente
Angelo Arpini Coutinho	Diretor Vice-Presidente
Angelo André Bosi	Diretor

2.1.2 Conselho Consultivo

Nos termos do Estatuto Social da Santa Maria, o Conselho Consultivo funciona em caráter permanente e é constituído de 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) Diretores e 02 (dois) eleitos pela Assembleia Geral Ordinária dentre os acionistas. Compete ao Conselho Consultivo assessorar a Diretoria e com esta colaborar, sempre que por ela solicitado.

Composição do Conselho Consultivo (em 31.12.2016)

Nome	Cargo
Arthur Arpini Coutinho	Diretor-Presidente
Angelo Arpini Coutinho	Diretor Vice-Presidente
Angelo André Bosi	Diretor
Virginia Coutinho Coelho da Silva	Acionista
Ricardo Coutinho Alves	Acionista

2.1.3 Códigos e políticas

A Santa Maria conduz as atividades e relações com seus stakeholders apoiada em códigos e políticas corporativas, que expressam os valores e a cultura organizacional da Companhia. Assim, compartilha com seus diferentes públicos os princípios e procedimentos contidos nesses dispositivos, em uma interação que gera capital social e de relacionamento. Os documentos disponíveis no website são descritos a seguir: • **Código de ética:** conjunto de princípios a ser seguido por todos que direta ou indiretamente se envolvem em ações de responsabilidade da Companhia. • **Manual do colaborador:** conjunto de direitos e deveres dentro da Companhia, reforçando os comportamentos, condutas e políticas que são considerados adequados ao desempenho das atividades profissionais.

3. CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema ("ONS"), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional ("SIN"); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor. Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial se deu com a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

3.1 Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse dos chamados custos "não gerenciáveis" pela ANEEL (Parcela A – encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os "custos gerenciáveis" da concessionária (Parcela B – despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do seu reajuste, deduzidos de um índice de ganho de produtividade, denominado "Fator X".

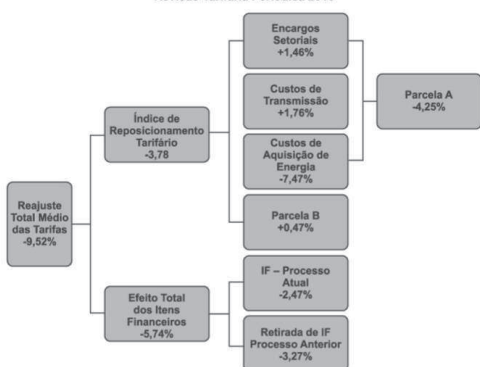
No caso da Santa Maria, a partir da prorrogação do seu contrato de concessão, que ocorreu em dezembro de 2015, a revisão tarifária ocorrerá a cada cinco anos, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro previsto no contrato de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, a depreciação repassada às tarifas e o custo médio ponderado de capital ("WACC") que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia. A quinta revisão tarifária terá como data-base agosto de 2021.

3.2 Quarto ciclo de revisão tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.119, de 16 de agosto de 2016, a ANEEL homologou o índice final de revisão tarifária periódica da Companhia de -9,52% (efeito médio a ser percebido pelos consumidores), aplicado na tarifa a partir de 22 de agosto de 2016. O índice é composto por reajuste econômico de -3,78% e componente financeiro de -5,74%. São destacados a seguir os itens que compuseram a revisão tarifária de 2016:



Revisão Tarifária Periódica 2016



3.3 Tarifa média de fornecimento

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016, líquida dos tributos, atingiu R\$ 408,85/MWh, representando uma redução de 3,16% em relação a dezembro de 2015. As tarifas médias de fornecimento de energia elétrica por classe de consumidores também são demonstradas a seguir.

Tarifa média de fornecimento (R\$/MWh)

Tarifa média de fornecimento	2016	2015
Tarifa média de fornecimento	408,85	422,19
Serviço público	415,87	437,06
Iluminação pública	283,52	315,13
Poder público	525,41	550,13
Industrial	461,95	468,54
Comercial, serviços e outros	493,37	518,10
Rural	273,81	290,54
Residencial	496,85	521,13

3.4 Tarifa branca

A ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria realizada no dia 6 de setembro de 2016, aprovou a aplicação da nova Tarifa Branca a partir de 2018.

A Tarifa Branca é uma nova opção de tarifa que sinaliza aos consumidores a variação do valor da energia conforme o dia e o horário do consumo. Ela será oferecida para as unidades consumidoras que são atendidas em baixa tensão (abaixo de 2.300 volts, denominadas como grupo "B") e para aquelas pertencentes ao grupo "A", optantes pela tarifa de baixa tensão. A partir do dia 1º de janeiro de 2018, todas as distribuidoras do país deverão atender aos pedidos de adesão à Tarifa Branca das novas ligações e dos consumidores com média mensal superior a 500 kWh. Em 2019, unidades com consumo médio superior a 250 kWh/mês e, em 2020, para os consumidores de baixa tensão, qualquer que seja o consumo.

Os consumidores que decidirem aderir ao programa de Tarifa Branca terão a possibilidade de pagar diferentes valores na tarifa em função da hora e dia que consumirem energia elétrica. Neste caso, o consumo de energia dentro do horário fora de ponta ficará mais barato enquanto o consumo dentro dos horários intermediário e ponta ficará mais caro. O consumidor que conseguir alocar seu maior consumo em horário fora de ponta conseguirá se beneficiar desta nova tarifa.

A Santa Maria ainda está avaliando os impactos da implementação desta nova regulamentação da ANEEL, assim como temas relevantes sobre o assunto, como investimentos em novos medidores e baixa do imobilizado, haja vista que as distribuidoras serão responsáveis pelos custos de aquisição e instalação dos equipamentos de medição necessários ao faturamento da tarifa branca. Esses e outros tópicos serão tratados com o regulador de forma a não impactar negativamente a remuneração das distribuidoras.

3.5 Bandeiras tarifárias

A partir de janeiro de 2015, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, as contas de energia passaram a ser faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias.

Esse sistema tem como objetivo indicar para os consumidores se a energia que ele irá consumir custará mais ou menos, em função das condições críticas ou favoráveis à geração de energia elétrica, e tem por finalidade cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, o Encargo de Serviço do Sistema ("ESS") e o risco hidrológico, que foram imputados à Santa Maria.

O sistema possui três classificações de bandeiras que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. Em 27 de fevereiro de 2015 os valores das Bandeiras Tarifárias foram definidos conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.859/2015.

No ano de 2016, tais valores e faixas, tratadas no submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária ("PRORET"), foram ajustados por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, resultado da Audiência Pública nº 081/2015, cuja vigência será a partir de 1º de fevereiro de 2016:

- **Bandeira verde:** A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- **Bandeira amarela:** A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,015 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 1,50 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- **Bandeira vermelha patamar 1:** A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,030 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- **Bandeira vermelha patamar 2:** A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,045 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.

Nos meses de janeiro de 2015 a janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha patamar 2 foi acionada. Em fevereiro de 2016 passou a vigorar a bandeira vermelha patamar 1, em março de 2016, a bandeira amarela, entre abril de 2016 até outubro de 2016, a bandeira verde, em novembro de 2016 a bandeira amarela e retornando à verde em dezembro de 2016.

O Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias fossem revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRB"), administrada pela CCEE. Os agentes de distribuição passaram a assumir posição credora ou devedora junto a referida conta centralizadora a depender da diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente. Mensalmente são apurados: o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias; o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras nos itens previstos no Decreto nº 8.401/2015 e, além disso, é fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CCRB ou a ser recebido pela mesma.

3.6 Mercado de distribuição da Santa Maria

Por meio do Despacho nº 1.227/2015-SGT/ANEEL, de 27 de abril de 2015, a Santa Maria foi desclassificada da condição de concessionária com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, o que, de acordo com o Submódulo 11.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 607/2014, reduzirá o seu contrato de suprimento mantido com a ESCELSA em 20% ao ano a partir de 2017, conforme Ofício nº 38/2015-SRG-SGT-SEM/ANEEL, de 13 de março de 2015.

A energia elétrica necessária para suprir essa redução de energia contratada, bem como a redução decorrente da transferência das 7 unidades geradoras que ocorrerá em 2017, constante do processo de desverticalização junto à ANEEL, e também o crescimento de mercado, passou a ser adquirida pela Santa Maria no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, por meio dos leilões de energia elétrica realizados pelo Poder Concedente.

Para garantir o atendimento de seu mercado já a partir do ano de 2016, a Santa Maria promoveu ainda em 2015 uma licitação pública para aquisição de energia elétrica, tendo firmado contrato com a EDP – Comercialização e Serviços de Energia Ltda. Esse contrato estabelece a compra de 58 MW médios de energia elétrica para um período de 4 anos, no valor global de R\$ 80,2 milhões. Adicionalmente, em cumprimento às disposições legais, a Santa Maria está promovendo a segregação da sua atividade de geração, com previsão de conclusão até o final do mês de abril de 2017, e passará a exercer exclusivamente a atividade de distribuição.

4. GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

A análise de riscos e oportunidades empresariais na Santa Maria envolve empregados e a alta gestão, e compreende sua identificação e classificação quanto a probabilidade de ocorrência, significância em termos de impacto financeiro e de imagem e grau de controle. Os principais riscos avaliados são: • **Risco de mercado:** a oferta e a demanda de energia elétrica podem ter comportamento diferente do previsto, com impacto nos volumes e preços da energia. • **Risco regulatório:** evolução adversa da regulação do setor elétrico. • **Risco tributário:** evolução adversa da legislação tributária e da atuação dos órgãos arrecadadores. • **Risco de fatores econômicos:** alteração nas variáveis econômicas, com impacto nos negócios da Companhia. • **Risco de quebra de contrato:** descumprimento de disposições constantes dos contratos firmados pela Companhia e das regras de comercialização na CCEE. • **Risco socioambiental:** evolução adversa da regulação ambiental e da atuação de movimentos sociais organizados em relação às pequenas centrais hidrelétricas em operação. • **Risco de indisponibilidade de energia:** indisponibilidade da energia comprada. Entre os fatores que podem influenciar a disponibilidade estão a baixa hidrológica e a falta de combustíveis para termelétricas convencionais e a biomassa, podendo resultar na exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, cujos preços tendem a ser elevados. • **Risco de recursos humanos:** indisponibilidade de pessoal (empregados próprios ou terceiros), em função da

não contratação e treinamento em tempo hábil para atender às necessidades da Companhia e reposição do quadro; aumento de custos por concorrência por recursos humanos em virtude do crescimento econômico; greves e paralalisações; e acidentes de trabalho. • **Risco de tecnologia da informação:** a indisponibilidade e a falta de segurança dos recursos de tecnologia da informação podem impactar negativamente as operações e a imagem da Companhia. • **Risco de sinistro de grandes proporções:** acidentes e desastres de grandes proporções por causas naturais e humanas.

5. GESTÃO COMERCIAL

5.1 Indicadores de qualidade

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço da Santa Maria se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacional, em decorrência, principalmente, dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica. Os indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupções por Cliente e FEC – Frequência Equivalente de Interrupções por Cliente apresentaram melhora em relação a 2015 com reduções de 8,6% e 15,1%, respectivamente, e permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, conforme tabela a seguir:

Indicadores de qualidade						
Indicadores	Unidades	Parâmetros	2016	2015	2014	2013
DEC	Horas	Real	7,21	7,89	10,38	5,92
		Meta ANEEL (máximo)	12,17	12,53	12,74	13,05
FEC	Número de interrupções	Real	5,05	5,95	7,24	5,18
		Meta ANEEL (máximo)	9,77	10,12	10,61	10,92

5.2 Satisfação do cliente

Anualmente, a ANEEL promove uma pesquisa de avaliação da satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica do Brasil (Prêmio IASC – Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor). Em 2016, o IASC da Santa Maria foi de 72,36%, representando uma melhora de 18,17% em relação a 2015 (61,23%) e manteve o conceito "Bom". Com esse índice, a Companhia obteve a 4ª colocação na sua categoria (Sul e Sudeste acima de 30.000 e até 400.000 unidades consumidoras) dentre as 16 concessionárias avaliadas e a 16ª posição geral dentre as 63 concessionárias avaliadas.

Sempre atenta à opinião de seus consumidores, a Santa Maria também participa anualmente da pesquisa conduzida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), que mede, dentre outros indicadores, o Índice de Satisfação Geral ("ISG") e o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida ("ISQP"). Em 2016, o ISG da Santa Maria foi de 56,4, queda de 28,3% em relação a 2015 (78,6). Contudo, o ISQP foi de 90,9, representando uma melhora de 10,4% frente a 2015 (82,3).

5.3 Relacionamento com o cliente

A Santa Maria mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos clientes permitindo maior interação com os mesmos, tais como: call center, internet (agência virtual) e agências de atendimento presencial. Por meio desses canais, foram registrados 190.818 atendimentos em 2016.

Além desses canais, há uma estrutura de ouvidoria com call center dedicado, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, críticas e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer resposta, todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com a ouvidoria da ANEEL.

Para garantir um atendimento de qualidade, a Santa Maria conta com uma moderna central de atendimento telefônico (call center), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Essa central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e está estruturada para atendimentos comerciais e de emergência. Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a Santa Maria está presente nos municípios da sua área de concessão com uma estrutura composta por 12 agências de atendimento presencial.

A Companhia oferece ainda o serviço de ouvidoria, que pode ser acionado por meio de telefone, e-mail ou carta, sempre que as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor não forem solucionadas pelos canais de atendimento de primeira instância. A ouvidoria realiza sempre de maneira ética, imparcial, justa, transparente, isonômica e contém a intermediação entre as manifestações dos clientes e a distribuidora, atuando como representante dos direitos do cliente junto a distribuidora. No ano de 2016 a ouvidoria da Santa Maria recebeu 726 contatos de clientes e intermediou 38 manifestações.

5.4 Sistema de gestão da qualidade

Buscando atender à crescente demanda por qualidade e confiabilidade de seus serviços, a Santa Maria implantou um Sistema de Gestão da Qualidade ("SGQ") baseado na NBR-ISO 9001/2008, obtendo a certificação em maio de 2008. A ISO 9001 é um conjunto de requisitos que tem como objetivo orientar as empresas no sistema de gestão da qualidade de seus processos, com o intuito de satisfazer seus clientes e buscar a melhoria contínua. Com o SGC e o mapeamento de seus processos produtivos, a Santa Maria padronizou todos os serviços obtendo uma melhoria na gestão de seu negócio. A estruturação dos processos auxiliou na implementação de ações mais organizadas e assim, mais assertivas. A Santa Maria busca sempre melhorar os seus processos, o que garante a atualidade do seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Anualmente acontecem auditorias externas em setores alternados para manutenção do certificado e a cada três anos a Companhia se submete a uma recertificação em que todas as áreas são auditadas. Em 2016 a Santa Maria recebeu a visita do BSI (organismo certificador) para realização da auditoria de manutenção, tendo sido recomendada a manutenção da certificação que, a partir do ano de 2017, passará pela migração para a nova versão da NBR-ISO 9001/2015.

6. GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Os resultados macroeconômicos do ano de 2016 foram marcados pela continuidade do cenário de crise econômica no País. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a retração do Produto Interno Bruto ("PIB") em 2016 foi de 3,6%. Em 2015, a queda registrada foi de 3,8%. O panorama é confirmado por indicadores relacionados à atividade industrial. Segundo o IBGE, a produção industrial recuou 6,6% frente a igual período do ano anterior, após também registrar taxas negativas em 2015 (-8,3%) e 2014 (-3,0%).

Os empregos também foram afetados. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua ("PNAD Contínua") do 4º trimestre de 2016, divulgada pelo IBGE, indicou taxa de desocupação estimada no Brasil de 12,0%. Essa estimativa, apesar de estável em relação ao 3º trimestre de 2016 (11,8%), apresentou elevação de 3,1 pontos percentuais em relação ao 4º trimestre de 2015 (9,0%).

Por outro lado, o ano de 2016 também foi marcado por grandes ajustes. A inflação iniciou a trajetória de convergência para as metas e o Banco Central do Brasil ("BACEN") conseguiu promover relevante estabilização das expectativas de inflação para os próximos anos. Conforme o Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), a inflação acumulada no ano foi de 6,29%, abaixo 4,38 pontos percentuais em relação a 2015 (10,67%) e 0,21 pontos percentuais do teto da meta inflacionária (6,50%) fixada pelo BACEN.

O real apresentou sinais de recuperação em relação ao dólar. A moeda americana foi cotada em R\$ 3,26 ao final de 2016, queda de 16,4% em relação ao fechamento de 2015 (R\$ 3,90).

Apesar importantes medidas, o ajuste fiscal proposto pelo governo federal deverá atingir seu objetivo de equilíbrio fiscal a médio e longo prazo. Contudo, há expectativa de crescimentos trimestrais progressivos ao longo de 2017.

De acordo com o Boletim Focus, divulgado pelo BACEN em 30 de dezembro de 2016, os prognósticos para 2017 preveem, ainda que de forma modesta, a volta do crescimento do PIB (0,50%) e da produção industrial (0,88%), além da variação do IPCA (4,87%) mais próxima do dentro da meta inflacionária (4,50%).

6.2 Consumo de energia elétrica no Brasil

O consumo de energia elétrica no Brasil registrou queda de 0,9% em 2016, em relação a 2015, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"). No total do País, o consumo foi 4.401 GWh menor que o registrado em 2015. A contração nas classes industrial (-2,9%) e comercial (-2,5%) foi parcialmente amenizada pelo desempenho das residências (crescimento de 1,4%) e de outros consumos, que conjuntamente expandiram 2.655 GWh.

Principais indicadores econômico-financeiros				
Indicadores financeiros	Unidade	2016	2015	Varição
Ativo total	R\$ mil	213.440	226.078	-5,59%
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	38.920	29.022	34,11%
Patrimônio líquido	R\$ mil	143.191	149.702	-4,35%
Dívida bruta	R\$ mil	16.144	20.009	-19,32%
Dívida líquida	R\$ mil	(22.776)	(9.013)	152,70%

Indicadores de resultados				
Unidade	2016	2015	Varição	
Receita operacional bruta	R\$ mil	373.324	399.395	-6,53%
Receita operacional líquida	R\$ mil	240.848	254.124	-5,30%
Custos gerenciais	R\$ mil	74.942	67.563	10,92%
Custos não gerenciais	R\$ mil	145.153	160.287	-9,44%
EBIT	R\$ mil	20.553	26.274	-21,77%
EBITDA	R\$ mil	25.279	30.520	-17,17%
Resultado financeiro	R\$ mil	7.572	5.770	31,23%
Lucro líquido	R\$ mil	23.514	25.814	-8,91%

Indicadores relativos				
Unidade	2016	2015	Varição	
Margem EBIT	%	8,54	10,34	-17,39%
Margem EBITDA	%	10,50	12,01	-12,53%
Margem líquida	%	9,77	10,16	-3,81%
Dívida bruta / EBITDA	Veze	0,64	0,66	-2,59%
Dívida líquida / EBITDA	Veze	(0,90)	(0,30)	205,09%
Dívida líquida / Patrimônio líquido	Veze	(0,16)	(0,06)	164,19%

6.3.1 Receita operacional

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 373,3 milhões em 2016, uma diminuição de R\$ 26,1 milhões, ou 6,5%, quando comparada a R\$ 399,4 milhões de 2015. Essa diminuição é explicada principalmente pela variação nos seguintes itens: (i) redução de R\$ 19,7 milhões do faturamento das bandeiras tarifárias, considerando a vigência da bandeira vermelha em grande parte de 2015 e bandeiras verde e amarela na maior parte de 2016 (março até dezembro); (ii) queda de R\$ 12,1 milhões da receita de fornecimento, decorrente do menor volume de energia vendida em 2016 em função da retração de 6,3% do mercado total frente a 2015 e do efeito médio de -9,52% das tarifas percebido pelos consumidores a partir do mês de agosto; (iii) redução de R\$ 2,4 milhões da receita com ativos financeiros setoriais, especialmente em função da redução do custo com compra de energia para revenda; (iv) redução de R\$ 2,6 milhões na rubrica de ganhos na alienação de bens e direitos; (v) venda de energia no curto prazo (CCEE), que totalizou R\$ 5,4 milhões; (vi) aumento do valor do ativo financeiro indenizável (concessão), que totalizou R\$ 5 milhões decorrente de atualização monetária e do registro da diferença de Valor Novo de Reposição ("VNR") em função do laudo de avaliação dos ativos para compor a base de remuneração regulatória do quarto ciclo de revisão tarifária periódica; e (vii) redução de R\$ 0,2 milhões em outras receitas operacionais.

A dedução da receita operacional totalizou R\$ 132,6 milhões em 2016, uma redução de R\$ 12,6 milhões, ou 8,6%, comparada a 2015.



CONTINUAÇÃO

que foi R\$ 145,2 milhões. Essa diminuição é explicada principalmente pela variação nos seguintes itens: (i) redução com encargo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRB") de R\$ 19,7 milhões, refletindo as bandeiras verde e amarela no período; (ii) redução de R\$ 1 milhão com encargo da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"); e (iii) aumento de R\$ 8,1 milhões em tributos.

Conforme detalhado nas variações acima de receita operacional bruta e deduções da receita, a Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$ 240,7 milhões em 2016, 5,3% menor do que os R\$ 254,1 milhões registrados em 2015.

Descrição do ativo	2016	2015	Variação R\$ mil	Variação %
Redes de distribuição	7.869	5.134	2.735	53,27
Subestações	523	3.653	(3.130)	-85,68
Sistema de medição	299	1.669	(1.370)	-82,09
Veículos	738	255	483	189,41
Outros ativos	661	636	25	3,93
Total	10.090	11.347	(1.257)	-11,08

Os investimentos realizados em 2016 foram destinados principalmente ao reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica.

6.5.1 Pesquisa & desenvolvimento
A Santa Maria mantém um programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, investindo 1% da sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/2000.

Na área de pesquisa & desenvolvimento está sendo desenvolvido, dentre outros, o projeto denominado "Nacionalização de Microinversor Fotovoltaico de 500 Wp com Alto Rendimento e em Conformidade com os Requisitos de Qualidade de Energia da Resolução Normativa ANEEL 482/2012". Como objetivo geral, o projeto está relacionado à concepção, dimensionamento e implementação de um microinversor de 500 Wp com tecnologia nacional. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: (i) pesquisas sobre topologias para melhorar significativamente o funcionamento de microinversores fotovoltaicos, considerando uma ampla faixa de variação das condições ambientais, como a irradiação solar e temperatura; (ii) otimização do projeto de microinversores para elevar a eficiência de operação a patamares superiores a 96%, buscando-se, ainda, reduzir o peso e volume do equipamento para que se obtenha uma solução com o menor custo futuro de fabricação em série; (iii) pesquisa, desenvolvimento e implementação de soluções de algoritmos para a detecção e o rastreamento do ponto de máxima potência ("MPPT"), com eficiência superior a 99%; (iv) inserção de técnicas ativas de anti-ilhamento no equipamento, que não degradem a qualidade da energia no Ponto de Conexão Comum ("PCC") e que tenham uma reduzida zona de não-deteção, garantindo a confiabilidade da instalação e a segurança de usuários e técnicos de manutenção; (v) construção de protótipos com os mesmos conectores dos modelos importados e utilizados no mercado brasileiro; (vi) solicitação de registro de patente industrial do microinversor desenvolvido, junto ao INPI; (vii) desenvolvimento de uma dissertação de mestrado na área pesquisada; (viii) divulgação dos resultados obtidos (técnicas e produtos) no projeto, em eventos e/ou publicações nacionais/internacionais; e (ix) instalação e monitoração da eficiência, em campo, numa amostra de 10 protótipos, para análise dos resultados.

O projeto, que teve início no mês de dezembro de 2015, tem previsão de conclusão para o mês de novembro de 2017. O investimento total previsto é de R\$ 1 milhão, sendo que até 31 de dezembro de 2016 já haviam sido aplicados R\$ 0,4 milhões.

6.5.2 Eficiência energética
Na área de eficiência energética está sendo desenvolvido, dentre outros, o projeto denominado "Energia Solar I - ES I".

Esse projeto tem por objetivo promover a eficiência no segmento residencial baixa renda através da substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas LED, e por meio da instalação de sistema solar individualizado, com a utilização de microinversor, sem a utilização de sistema de armazenamento de energia. O projeto busca, de uma forma geral, disseminar a conscientização dos consumidores para o uso correto e seguro da energia elétrica, buscando a redução do consumo de energia e da demanda no horário de ponta do sistema, e incentivando a inserção da energia solar na matriz energética nacional. Por meio do projeto serão instalados 250 (duzentos e cinquenta) sistemas de geração de energia solar com capacidade de geração de, aproximadamente, 50 kWh/mês. Além disso, prevê-se a substituição de 16.000 lâmpadas LED, com potência unitária de 9W, em, aproximadamente, 4.500 consumidores, todos da classe residencial baixa renda, distribuídos pela área de concessão da Santa Maria. O projeto, que teve início no mês de dezembro de 2015, tem previsão de conclusão para o mês de maio de 2017. O investimento total previsto é de R\$ 3 milhões, sendo que até 31 de dezembro de 2016 já haviam sido aplicados R\$ 2,6 milhões.

7. GESTÃO OPERACIONAL
7.1 Evolução do número de consumidores
A Santa Maria registrou 108.110 consumidores ativos em 31 de dezembro de 2016, equivalente a um crescimento de 1,96% em relação a 31 de dezembro 2015.

Classe de consumo	2016	2015	2014	2013	2012
Residencial	66.243	64.996	63.663	61.990	59.414
Rural	30.551	29.907	28.484	27.511	26.225
Comercial, serviços e outros	8.236	8.124	8.114	7.788	7.535
Industrial	1.949	1.888	1.839	1.688	1.512
Demais classes	1.131	1.121	1.204	1.079	1.077
Total	108.110	106.036	103.304	100.056	95.863
Variação	1,96%	2,64%	3,25%	4,37%	3,96%

7.2 Consumo de energia elétrica
O mercado total na área de concessão da Santa Maria teve queda de 6,3% em comparação ao ano de 2015, com desempenho negativo, principalmente, da classe rural que reduziu o consumo em 14,1% refletindo a queda de 9,5% na produção agrícola e em especial no cultivo do café colôn, que acumula queda de 49% de 2014 a 2016, em função da severa estiagem que assolou o estado do Espírito Santo desde 2014. Os setores das classes industrial e comercial, impactados pelo cenário econômico desfavorável, também registraram queda no consumo em relação a 2015, de 6,9% e 4,4%, respectivamente. Na classe residencial houve crescimento de 1,9% no consumo em relação a 2015, devido, principalmente, ao efeito das altas temperaturas no ano, que influenciaram no consumo com maior uso de ar condicionado. As demais classes somadas representaram queda de 0,3% no consumo em relação a 2015. Mesmo com essa queda acentuada no consumo, a classe rural atingiu 32% do mercado total da Santa Maria em 2016 e continua sendo a classe de consumo de maior representatividade da Companhia, seguida das classes residencial (25,4%), industrial (17,3%), comercial (16%) e demais classes (9,2%).

Classe de consumo	2016	2015	2014	2013	2012	Variação 2016/2015 em %
Rural	167,380	194,918	162,102	157,829	139,939	-14,13
Residencial	132,740	130,203	125,772	118,349	108,721	1,95
Industrial	90,319	97,091	99,409	91,933	88,136	-6,97
Comercial, serviços e outros	83,362	87,249	86,399	81,984	77,362	-4,46
Iluminação pública	19,946	18,881	17,885	15,572	14,826	5,64
Poder público	15,563	16,338	15,756	15,129	14,560	-4,74
Serviço público	11,821	11,781	12,521	12,123	11,110	0,34
Consumo próprio	0,779	0,791	0,788	0,755	0,792	-1,52
Total	521,910	557,252	520,632	493,674	455,546	-6,34
Variação	-6,34%	7,03%	5,46%	8,37%	9,94%	



7.3 Balanço energético
O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no mercado de curto prazo.

Suprimento (GWh)		Faturamento (GWh)	
PROINFA	13,700	521,910	Fornecimento
Bilaterais	649,404	14,150	Perdas na rede básica
Geração própria	2,721	57,910	Perdas na distribuição
Mercado de curto prazo	(71,855)	3,960	Energia em trânsito
Energia em trânsito	3,960		
Total	686,526	597,930	

A compra de energia em 2016 foi de 665,8 GWh. Desse montante, os contratos bilaterais representaram 97,5%, o PROINFA 2% e a geração própria 0,5%.

6.3.2 Custos gerenciais e não gerenciais
Os custos gerenciais totalizaram R\$ 74,9 milhões em 2016, representando um aumento R\$ 7,3 milhões, equivalente a 10,9%, em relação a 2015, quando o montante registrado foi de R\$ 67,6 milhões. Esse aumento é explicado principalmente (i) pelo acréscimo de R\$ 2,4 milhões nos custos de operação, decorrente das variações ocorridas no período, e (ii) pelo acréscimo de R\$ 4,9 milhões em outros custos operacionais, especialmente decorrente de ajustes de R\$ 4,1 milhões efetuados no intangível em curso em contrapartida ao resultado do exercício. Sem o efeito desses ajustes os custos gerenciais teriam sido de R\$ 70,8 milhões, representando um aumento de R\$ 3,2 milhões, equivalente a 4,7%, em relação a 2015.

Nos custos não gerenciais foi registrada redução de R\$ 15,1 milhões, equivalente a 9,4%, em relação a 2015, tendo sido totalizados R\$ 145,1 milhões em 2016 frente aos R\$ 160,2 milhões do ano anterior. Essa diminuição é explicada principalmente (i) pela redução de R\$ 16,9 milhões do custo com compra de energia para revenda e (ii) pelo aumento de R\$ 1,8 milhões do custo com encargos de transmissão, conexão e distribuição.

Descrição	2016	2015	Variação R\$ mil	Variação %
Custos gerenciais	74.942	67.563	7.379	10,92
Pessoal e administradores	21.585	19.507	2.078	10,65
Material	2.920	3.244	(324)	-9,99
Serviços de terceiros	7.301	6.580	721	10,96
Arrendamentos e aluguéis	1.015	893	122	13,66
Seguros	557	546	11	2,01
Doações, contribuições e subvenções	27	53	(26)	-49,06
Provisões	989	839	150	17,88
(-) Recuperação de despesas	(424)	(468)	44	-9,40
Tributos	740	720	20	2,78
Amortização	6.507	6.863	(356)	-5,19
Gastos diversos	4.455	3.676	779	21,19
Custo de Construção	24.097	24.923	(826)	-3,31
Outros custos operacionais	5.173	187	4.986	2666,31
Custos não gerenciais	145.153	160.287	(15.134)	-9,44
Energia elétrica comprada para revenda	137.784	154.724	(16.940)	-10,95
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	7.369	5.563	1.806	32,46

6.3.3 EBITDA
Em 2016, o EBITDA reportado foi de R\$ 25,3 milhões, ante um resultado de R\$ 30,5 milhões em 2015. A variação negativa de R\$ 5,2 milhões ocorreu em função, principalmente, (i) do efeito negativo de R\$ 13,5 milhões da receita operacional líquida; (ii) do aumento de R\$ 7,3 milhões dos custos gerenciais; (iii) da redução de R\$ 15,1 milhões dos custos não gerenciais; (iv) da redução de R\$ 0,3 milhões na amortização; e (v) da redução de R\$ 0,8 milhões das participações estatutárias deduzidas do resultado. Desconsiderando-se os efeitos não recorrentes de 2016 mencionados no item 6.3.2 (ajustes de R\$ 4,1 milhões efetuados no intangível em curso em contrapartida ao resultado do exercício), o EBITDA seria de R\$ 29,4 milhões, com variação negativa de R\$ 1,1 milhões ou 3,6%.

Descrição	2016	2015	Variação R\$ mil	Variação %
Lucro líquido do exercício	23.514	25.814	(2.300)	-8,91
(+) Impostos	2.830	3.613	(783)	-21,67
(-) Resultado financeiro	(7.572)	(5.770)	(1.802)	31,23
(+) Amortização	6.507	6.863	(356)	-5,19
(=) EBITDA	25.279	30.520	(5.241)	-17,17

6.3.4 Resultado financeiro
Em 2016, o resultado financeiro líquido positivo foi de R\$ 7,6 milhões, superior ao resultado financeiro líquido positivo em 2015 de R\$ 5,8 milhões. Essa variação positiva de R\$ 1,8 milhões é explicada, principalmente, pela redução dos encargos de dívidas decorrente da liquidação de uma operação de empréstimo em moeda estrangeira ainda em 2015.

6.3.5 Imposto de renda e contribuição social
No acumulado do ano, as despesas com imposto de renda e contribuição social passaram de R\$ 3,6 milhões em 2015 para R\$ 2,8 milhões em 2016, redução de R\$ 0,8 milhões. Essa variação se deu, sobretudo, (i) em função da redução da base de cálculo dos tributos, decorrente da diminuição do lucro líquido do exercício, e (ii) em função da elevação dos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas no ano de 2016. As alíquotas efetivas dos tributos sobre o lucro em 2016 e 2015 ficaram em 14,4% e 14,9%, respectivamente.

6.3.6 Lucro líquido
O lucro líquido da Santa Maria passou de R\$ 25,8 milhões em 2015 para R\$ 23,5 milhões em 2016, ou seja, redução de 2,3 milhões, ou 8,9%. Essa variação decorreu, essencialmente, dos seguintes fatores: (i) redução de R\$ 5,2 milhões do EBITDA; (ii) redução de R\$ 0,3 milhões na amortização; (iii) aumento de R\$ 1,8 milhões do resultado financeiro e (iv) redução de R\$ 0,8 milhões do imposto de renda e da contribuição social.

6.3.7 Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio
O total de dividendos propostos pela Administração da Santa Maria relativos a 2016 somou R\$ 4,2 milhões. Adicionalmente, a Companhia creditou ao longo de 2016 o montante de R\$ 8,5 milhões a título de juros sobre o capital próprio. Esses valores ainda devem ser ratificados pela Assembleia Geral Ordinária.

6.4 Endividamento
Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta, representada principalmente por empréstimos e financiamentos, totalizava R\$ 16,1 milhões, ou seja, decréscimo de R\$ 3,9 milhões ou 19,3% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2015 que era de R\$ 20,0 milhões. A variação do endividamento da Companhia está relacionada principalmente à combinação dos seguintes fatores: (i) não contratação de novas operações; e (ii) amortização de R\$ 3,9 milhões ao longo de 2016.



Em 31 de dezembro de 2016 as disponibilidades financeiras (caixa e equivalentes de caixa) da Companhia superaram o endividamento bruto em R\$ 22,8 milhões. O endividamento de curto e longo prazo é apresentado a seguir:

Descrição	2016	2015	Variação %
Curto Prazo			
Empréstimos e financiamentos	3.987	3.866	3,13
Longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	12.157	16.143	-24,69
Divida bruta	16.144	20.009	-19,32
Caixa e equivalentes de caixa	(38.920)	(29.022)	34,11
Divida líquida	(22.776)	(9.013)	152,70

6.5 Investimentos
A Santa Maria investiu ao longo do ano de 2016 recursos da ordem de R\$ 10 milhões (11,3 milhões em 2015), já deduzidos os recursos de Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais) recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios. O quadro a seguir apresenta um resumo desses investimentos nos principais ativos operacionais da Companhia:



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

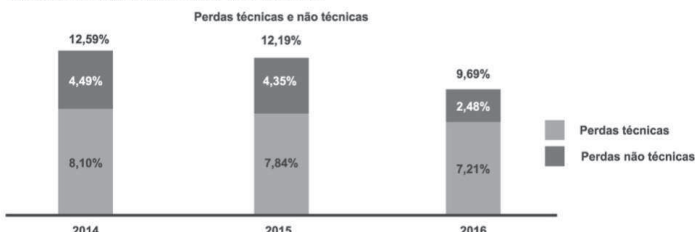
NIRE: 32300002668

CNPJ: 27.485.069/0001-09

Distribuindo mais energia para sua vida.

7.4 Perdas

As perdas de energia na distribuição em 2016 foram de 9,69%, abaixo 2,5 p.p. em relação a 2015. As perdas técnicas foram reduzidas em 0,63 p.p., passando de 7,84% em 2015 para 7,21% em 2016. Essa redução é explicada, principalmente, pelo resultado das ações de fiscalizações e regularizações realizadas pela Santa Maria.



8. GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL

8.1 Meio ambiente

A Santa Maria realiza, desde 2015, Programas de Educação Ambiental em parceria com uma empresa especializada em serviços em meio ambiente. Os programas são voltados às comunidades vizinhas às pequenas centrais hidrelétricas em operação na área de concessão da Companhia. O objetivo é levar informação e treinamento às pessoas para práticas sustentáveis focadas na proteção dos recursos naturais e do meio ambiente.

Foram ministrados cursos de agricultura sustentável para as comunidades de Boapaba e Cachoeira do Oito, em Colatina, realizadas palestras nas escolas e treinamento dos colaboradores de todos os setores da Companhia. Além disso, treinamentos específicos foram realizados com os empregados da PCH Santa Maria e PCH Cachoeira do Oito, sobre a importância dos recursos naturais, impactos ambientais envolvidos na geração de energia e gerenciamento de resíduos.

Em 2016 também foi implantada a segunda fase do Programa, com a aplicação de questionários que visam avaliar a eficiência da primeira fase e identificar novos temas a serem abordados com a continuação do ciclo de palestras e vivências de campo juntamente

com os empregados das usinas.

8.2 Comunidades

Cada vez mais a Santa Maria vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, a Companhia busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socio culturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Destacam-se as seguintes principais ações realizadas em 2016: a) Patrocínio a União Norte Capixaba de Aeromodelismo de Colatina para o 16º Festival de Aeromodelismo de Colatina; b) Patrocínio para a caminhada do seminarista; c) Patrocínio para os jogos da rede estudantil; d) Patrocínio para o projeto "Caminhada em Respeito ao Rio Doce"; e) Montagem da tradicional árvore de natal no município de Colatina, em parceria com a TV Gazeta Noroeste; f) Doação para diversas entidades, dentre elas a Mitra Diocesana de Colatina, Fundação IADE, Lions Clube de Colatina e APAE; g) Doação para o Fundo da Infância e Adolescência - FIA.

Além disso, as crianças dos orfanatos Lar Irmã Sheila e Obra Social Santa Luzia, localizados nos municípios de Colatina e Pancas, respectivamente, receberam uma surpresa preparada pelos colaboradores da Santa Maria, que se reuniram e arrecadaram cerca de 50 brinquedos e mais de 200 calçados, que foram entregues no dia 21 de dezembro.

8.3 Empregados

Na área de recursos humanos, a Santa Maria atua para fortalecer a gestão por resultados, sustentada na busca por um ambiente de trabalho ético, justo e responsável, que proporcione qualidade de vida e satisfação aos empregados, garantindo condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento.

Ao final de 2016, a Companhia contava com 309 profissionais (281 homens e 28 mulheres), dos quais 18% possuíam ensino superior completo e 82% ensino fundamental e médio. Ao longo do ano foram registradas 41 admissões e 39 desligamentos.

A Santa Maria também garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual, atualizações do plano de benefícios, entre outros temas.

8.4 Saúde e segurança do trabalho

A saúde e segurança do trabalho é uma prioridade para a Santa Maria. Além de atender toda legislação vigente, e orientar e treinar seus colaboradores por meio de campanhas e ações específicas, a Companhia promove anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes - SIPAT. Em 2016, foram promovidas palestras motivacionais e sobre (i) as principais causas de acidentes no setor elétrico, (ii) cuidados com a segurança, (iii) atitudes que evitam o estresse e (iv) prevenção do câncer de próstata.

Adicionalmente, a Santa Maria também desenvolve programas de prevenção a doenças. Em 2016, a Companhia patrocinou uma campanha de vacinação contra gripe H1N1 e imunizou mais de 170 colaboradores, além de ter oferecido tratamento dentário por meio da Unidade Móvel Odontológica ("UMO") a todos os colaboradores que procuraram atendimento.

9. BALANÇO SOCIAL

Balanço social - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016			2015		
1 - Base de cálculo						
Receita líquida (RL)		240.648			254.124	
Resultado operacional (RO)		28.125			32.044	
Folha de pagamento bruta (FPB)		13.201			12.019	
2 - Indicadores sociais internos	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.084	8,21%	0,45%	766	6,37%	0,30%
Encargos sociais compulsórios	4.833	36,61%	2,01%	4.498	37,42%	1,77%
Previdência privada	634	4,80%	0,26%	575	4,78%	0,23%
Plano de saúde	336	2,55%	0,14%	295	2,45%	0,12%
Segurança e medicina do trabalho	64	0,48%	0,03%	48	0,40%	0,02%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	52	0,39%	0,02%	49	0,41%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (vale-transporte / seguro de vida)	142	1,08%	0,06%	124	1,03%	0,05%
Total dos indicadores sociais internos	7.145	54,12%	2,97%	6.355	52,86%	2,51%
3 - Indicadores sociais externos	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1	0,00%	0,00%	8	0,02%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Fundo dos direitos da criança e do adolescente	10	0,04%	0,00%	10	0,03%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	5	0,02%	0,00%	21	0,07%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (doações e patrocínios)	11	0,04%	0,00%	14	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	27	0,10%	0,00%	53	0,16%	0,02%
Tributos (excluídos encargos sociais)	19.369	68,87%	8,05%	22.279	69,53%	8,77%
Total dos indicadores sociais externos	19.396	68,97%	8,05%	22.332	69,63%	8,79%
4 - Indicadores ambientais	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	38	0,14%	0,02%	56	0,17%	0,02%
Total dos investimentos em meio ambiente	38	0,14%	0,02%	56	0,17%	0,02%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 71 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 71 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2016			2015		
Nº de empregados (as) ao final do período	41			307		
Nº de admissões durante o período	70			77		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	-			-		
Nº de estagiários (as)	109			104		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	28			27		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	13,33			13,33		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	24			24		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	11			10		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016			Metas 2017		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	25,08			25,08		
Número total de acidentes de trabalho	1			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa são definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) empregados (as), a empresa:	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	Na empresa: 931	No procon: 9	Na justiça: 21	Na empresa: 1.157	No procon: 2	Na justiça: 15
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa: 100,00%	No procon: 100,00%	Na justiça: 70,00%	Na empresa: 100,00%	No procon: 100,00%	Na justiça: 75,00%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	Em 2016: 187.480			Em 2015: 206.033		
Distribuição do valor adicionado (DVA):	74,24% governo	9,55% colaboradores (as)		74,90% governo	7,84% colaboradores (as)	
	7,76% acionistas	2,50% terceiros	5,95% retido	8,07% acionistas	3,47% terceiros	5,72% retido



NIRE: 32300002668

CNPJ: 27.485.069/0001-09

Distribuindo mais
energia para sua vida.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
			Reclassificado				Reclassificado
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	38.920	29.022	Fornecedores	13	14.275	17.780
Consumidores	6	27.294	35.162	Empréstimos e financiamentos	14	3.987	3.866
Concessionárias e permissionárias	7	1.213	-	Obrigações sociais e trabalhistas	15	3.649	4.354
Tributos compensáveis	8	1.191	652	Tributos	16	6.809	9.755
Almoxarifado operacional	9	1.073	1.171	Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	19.3	10.071	11.358
Ativos financeiros setoriais	10	2.875	6.610	Encargos setoriais	17	5.613	11.243
Despesas pagas antecipadamente		330	283	Outros passivos circulantes	18	13.566	1.830
Outros ativos circulantes		523	9.735	Total do circulante		57.970	60.186
Total do circulante		73.419	82.635	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	14	12.157	16.143
Tributos compensáveis	8	860	1.107	Outros passivos não circulantes	18	122	47
Depósitos judiciais e cauções		93	57	Total do não circulante		12.279	16.190
Outros ativos não circulantes		740	459	Patrimônio líquido	19		
Ativo financeiro indenizável	11	8.117	2.743	Capital social	19.1	95.000	95.000
Intangível	12	130.211	139.077	Reservas de lucro	19.2	48.191	54.702
Total do não circulante		140.021	143.443	Total do patrimônio líquido		143.191	149.702
Total do ativo		213.440	226.078	Total do passivo e patrimônio líquido		213.440	226.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
			Reclassificado
Receita operacional líquida	20	240.648	254.124
Custos operacionais			
Custo com energia elétrica	21.1	(145.153)	(160.287)
Custo de operação	21.2	(69.769)	(67.376)
Outros custos operacionais		(5.173)	(187)
Total dos custos operacionais		(220.095)	(227.850)
Resultado do serviço		20.553	26.274
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		11.242	12.027
Despesas financeiras		(3.670)	(6.257)
Total do resultado financeiro		7.572	5.770
Lucro antes dos impostos		28.125	32.044
Impostos	23		
Imposto de renda		(1.837)	(2.178)
Contribuição social		(993)	(1.435)
Total dos impostos		(2.830)	(3.613)
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias		25.295	28.431
Participações estatutárias	15.1	(1.781)	(2.617)
Lucro líquido do exercício		23.514	25.814
Lucro por ação		4,89	5,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Arrecadação	313.606	324.582
Recebimentos do fundo da CDE	63.520	56.460
Recebimentos da CCRBT	15	3.170
Fornecedores	(177.529)	(170.878)
Salários e encargos sociais	(16.158)	(14.712)
Impostos e contribuições	(87.730)	(88.497)
Encargos setoriais	(33.059)	(47.299)
Repasse da CIP e outros	(15.513)	(12.758)
Outros recebimentos (pagamentos)	969	472
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	48.121	50.540
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Alienações de bens e direitos	274	3.155
Aplicações em bens e direitos	(5.115)	(10.944)
Recursos líquidos provenientes da atividade de investimento	(4.841)	(7.789)
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos	-	5.346
Serviço da dívida (principal e encargos)	(4.860)	(16.128)
Dividendos, participações estatutárias e juros sobre o capital próprio	(28.522)	(14.140)
Recursos líquidos provenientes da atividade de financiamento	(33.382)	(24.922)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	9.898	17.829
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	29.022	11.193
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	38.920	29.022
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	9.898	17.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2015	91.000	3.463	12.533	9.449	23.390	-	139.835	
Aumento do capital social	4.000	(2.726)	-	-	(1.274)	-	-	
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(197)	-	-	197	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	25.814	25.814	
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	2.266	-	-	-	(2.266)	-	
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.178	-	(1.178)	-	
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	8.547	(8.547)	-	
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.927)	(14.020)	(15.947)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.000	3.003	12.336	10.627	28.736	-	149.702	
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(409)	-	-	409	-	
Ajuste relativo a receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	-	-	-	-	(4.126)	-	(4.126)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.514	23.514	
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	1.958	-	-	-	(1.958)	-	
Constituição de reserva legal	-	-	-	801	-	(801)	-	
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	5.524	-	-	(5.524)	-	
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	2.880	(2.880)	-	
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(13.139)	(12.760)	(25.899)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	95.000	4.961	17.451	11.428	14.351	-	143.191	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

NIRE: 3230002668

CNPJ: 27.485.069/0001-09

Distribuindo mais energia para sua vida.

Demonstração do valor adicionado Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

	2016	2015
Geração do valor adicionado		Reclassificado
Receitas		
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	288.900	320.765
Outras receitas	60.327	53.707
Receitas relativas à construção de ativos próprios	24.097	24.923
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	373.324	399.395
	(989)	(839)
	372.335	398.556
Insuamos adquiridos de terceiros		
Custo da energia elétrica vendida	(145.153)	(160.287)
Materiais e serviços de terceiros	(10.221)	(9.824)
Outros custos operacionais	(34.216)	(27.576)
	(189.590)	(197.687)
Valor adicionado bruto	182.745	200.869
Amortização	(6.507)	(6.863)
Valor adicionado líquido	176.238	194.006
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	11.242	12.027
Valor adicionado total a distribuir	187.480	206.033
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	14.432	13.144
Benefícios	2.320	1.865
FGTS	1.153	1.119
	17.905	16.128
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	37.816	27.373
Estaduais	63.303	68.127
Municipais	34	45
Obrigações intrasetoriais	38.033	58.779
	139.186	154.324
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	3.670	6.257
Aluguéis	1.015	893
	4.685	7.150
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o capital próprio	8.536	7.836
Dividendos	4.224	6.184
Participações estatutárias	1.781	2.617
Lucros retidos	11.163	11.794
	25.704	28.431
	187.480	206.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A ("Santa Maria" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil.

A principal atividade operacional da Companhia é a distribuição de energia elétrica, atendendo a mais 108 mil consumidores em 11 municípios do estado do Espírito Santo.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo governo federal, que atua por meio do Ministério de Minas e Energia - MME. A política regulatória para o setor é implementada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL. Em 09 de dezembro de 2015, a Santa Maria e a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), celebraram o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, em que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, ou seja, a vigência do contrato é até 7 de julho de 2045.

As obrigações e encargos da distribuidora previstos no referido contrato de concessão são: I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações; II - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão, zelando por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro; III - prestar contas à ANEEL da Gestão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica concedido, na periodicidade e forma previstas nas normas setoriais; IV - observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas consequências de sua eventual descumprimento; V - assegurar aos interessados, na forma da lei e regulamentação, o livre acesso às suas Redes, consoante as condições gerais de acesso e as tarifas estabelecidas pela ANEEL; VI - participar, quando for o caso, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCCE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, nas condições previstas pelo Estatuto do ONS e pela Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, submetendo-se às regras e procedimentos emanados destas Entidades; VII - manter seu acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; VIII - instalar, por sua conta, os equipamentos de monitoramento e controle de tensão necessários para assegurar a qualidade do serviço, inclusive aqueles solicitados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico; IX - adotar as soluções decorrentes do planejamento da operação do Sistema Interligado Nacional - SIN, especialmente aquelas relacionadas aos Sistemas Especiais de Proteção - SEP; X - realizar, em conjunto com as Transmissoras, os estudos e os ajustes necessários ao funcionamento adequado dos Sistemas de Proteção nas Fronteiras com a Rede Básica do SIN; XI - compartilhar infraestrutura com outros Prestadores de Serviço Público, observando as condições de segurança, o tratamento econômico e buscando a redução de custos; XII - prestar contas aos usuários, periodicamente, da Gestão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica concedido, nos termos estabelecidos pela regulação da ANEEL; XIII - submeter à anuência prévia da ANEEL, na forma e condições previstas nas normas setoriais: a) a alienação, cessão, concessão, transferência, dação em garantia ou desvinculação de Ativos vinculados ao Serviço Público Outorgado; b) a transferência de Concessão ou do Controle Societário; XIV - comprometer-se com a redução de perdas elétricas, conforme regulação da ANEEL, sujeitando-se, inclusive, a sanções pelo seu descumprimento.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de março de 2017.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando requerido nas normas.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados e incluem: (a) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados; (b) avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; (c) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa; e (d) valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros.

2.4 Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações no balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração do valor adicionado relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente aprovados em 19 de fevereiro de 2016. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício. Tais reclassificações podem ser resumidas como segue:

Balanço patrimonial	2015		
	Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	29.022	-	29.022
Consumidores	35.162	-	35.162
Tributos compensáveis	652	-	652
Almoxnafado operacional	-	1.171	1.171
Ativos financeiros setoriais	6.610	-	6.610
Despesas pagas antecipadamente	-	283	283
Reembolsos do fundo da CDE	8.686	(8.686)	-
Outros ativos circulantes	2.503	7.232	9.735
Total do circulante	82.635	-	82.635
Não circulante			
Tributos compensáveis	1.107	-	1.107
Depósitos judiciais e cauções	-	57	57
Outros ativos não circulantes	516	(57)	459
Ativo financeiro indenizável	2.743	-	2.743
Intangível	139.077	-	139.077
Total do não circulante	143.443	-	143.443
Total do ativo	226.078	-	226.078
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17.780	-	17.780
Empréstimos e financiamentos	3.866	-	3.866
Participações estatutárias	2.617	(2.617)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	-	4.354	4.354
Tributos	9.755	-	9.755
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	11.358	-	11.358
Encargos setoriais	11.243	-	11.243
Outros passivos circulantes	3.567	(1.737)	1.830
Total do circulante	60.186	-	60.186
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16.143	-	16.143
Outros passivos não circulantes	47	-	47
Total do não circulante	16.190	-	16.190
Patrimônio líquido			
Capital social	95.000	-	95.000
Reservas de lucro	54.702	-	54.702
Total do patrimônio líquido	149.702	-	149.702
Total do passivo e patrimônio líquido	226.078	-	226.078

Demonstração do resultado do exercício	2015		
	Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Receita operacional líquida	249.751	4.373	254.124
Custo do serviço prestado	(185.210)	185.210	-
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores	(19.507)	19.507	-
Material	(3.244)	3.244	-
Serviços de terceiros	(6.580)	6.580	-
Amortização	(6.863)	6.863	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	193	(193)	-
	(36.001)	36.001	-
Custos operacionais			
Custo com energia elétrica	-	(160.287)	(160.287)
Custo de operação	-	(67.376)	(67.376)
Outros custos operacionais	-	(187)	(187)
	-	(227.850)	(227.850)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	28.540	(2.266)	26.274
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12.027	-	12.027
Despesas financeiras	(6.257)	-	(6.257)
	5.770	-	5.770
Lucro antes dos impostos	34.310	(2.266)	32.044
Impostos			
Imposto de renda	(4.444)	2.266	(2.178)
Contribuição social	(1.435)	-	(1.435)
	(5.879)	2.266	(3.613)
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	28.431	-	28.431
Participações estatutárias	(2.617)	-	(2.617)
Lucro líquido do exercício	25.814	-	25.814



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

NIRE: 32300002668

CNPJ: 27.485.069/0001-09

Distribuindo mais energia para sua vida.

Demonstração do valor adicionado

	2015		
	Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	318.746	2.019	320.765
Outras receitas	76.071	(22.364)	53.707
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	24.923	24.923
	394.817	4.578	399.395
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(839)	(839)
	394.817	3.739	398.556
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida	(160.287)	-	(160.287)
Materiais e serviços de terceiros	(9.824)	-	(9.824)
Outros custos operacionais	(23.837)	(3.739)	(27.576)
	(193.948)	(3.739)	(197.687)
	200.869	-	200.869
Amortização	(6.863)	-	(6.863)
	194.006	-	194.006
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	12.027	-	12.027
	206.033	-	206.033
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	19.507	(6.363)	13.144
Benefícios	-	1.865	1.865
FGTS	-	1.119	1.119
	19.507	(3.379)	16.128
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	24.039	3.334	27.373
Estaduais	68.127	-	68.127
Municipais	-	45	45
Obrigações intrasetoriais	58.779	-	58.779
	150.945	3.379	154.324
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	6.257	-	6.257
Aluguéis	893	-	893
	7.150	-	7.150
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	7.836	-	7.836
Dividendos	6.184	-	6.184
Participações estatutárias	2.617	-	2.617
Lucros retidos	11.794	-	11.794
	28.431	-	28.431
	206.033	-	206.033

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

A natureza e o impacto, se algum, de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações. (Vigência a partir de 01/01/2016)	A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza desta taxa e o acordo em comparação à orientação sobre envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se a evidência é exigida. A avaliação de quais contratos de serviços constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, a evidência exigida não precisa ser fornecida para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações. Estas alterações não geram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração da IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras (Iniciativa de divulgação). (Vigência a partir de 01/01/2016)	As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras. Estas alterações não geram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração da IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização. (Vigência a partir de 01/01/2016)	A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não foi alterado o método para depreciação e amortização dos ativos não circulantes.
IAS 19 - Benefícios a Empregados. (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente, porém não têm impacto sobre a Companhia.

3.2 Pronunciamentos Contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foram adotados antecipadamente:

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. (Vigência a partir de 01/01/2018)	Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes. (Vigência a partir de 01/01/2018)	Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.
IFRS 16 - Arrendamento. (Vigência a partir de 01/01/2019)	Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para alinhar esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

Pronunciamento	Objetivo
IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa - Alterações à IAS 7. (Vigência a partir de 01/01/2017)	Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.
IAS 12 - Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12. (Vigência a partir de 01/01/2017)	Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária devedora. Além disso, fornecer orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

3.3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço (Nota Explicativa nº 5). **b) Instrumentos financeiros.** Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável. A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, concessionárias e permissionárias, ativos financeiros setoriais e ativo financeiro indenizável. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e dividendos declarados e juros sobre o capital próprio (Nota Explicativa nº 25). **c) Consumidores.** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, e incluem os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, os valores faturados a consumidores finais e a receita referente à energia consumida e não faturada. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6). **d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.** Foi constituída com base nos critérios estabelecidos na Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a qual é considerada suficiente pela Administração para absorver eventuais perdas na realização dos créditos (Nota Explicativa nº 6). **e) Ativos e passivos financeiros setoriais.** Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão (Nota Explicativa nº 10). **f) Contratos de concessão (ativo financeiro indenizável e intangível).** O CPC emitiu em 2009 a Interpretação Técnica ICP/01 (ITC 01) - Contratos de Concessão, aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/2009, com redação dada pela Resolução CFC nº 1.376/2011, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Como o contrato de concessão da Companhia possui tais características, essa interpretação é aplicável. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, se a Concessionária não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na Interpretação ICP/01 (IFRIC 12), dependendo do tipo de compromisso de remuneração da Concessionária assumido com o Poder Público. Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, aplica-se o modelo bifurcado, que inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização da infraestrutura da concessão, cobrados dos usuários. **• Ativo financeiro indenizável.** Representa a parcela estimada do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão sobre a qual a Companhia possui o direito incondicional de receber da União a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Está registrado pelo Valor Novo de Reposição - VNR, conforme critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com base no valor dos ativos em serviço vinculados à concessão e que serão revertidos ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, e está classificado como disponível para venda (Nota Explicativa nº 11). **• Intangível.** Compreende o direito da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. O ativo intangível é mensurado ao seu valor de custo, o qual inclui também os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, quando aplicável. Este ativo está registrado pelo seu valor histórico e a amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados, caso seja adequado, como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 12). **g) Redução ao valor recuperável (impairment).** Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. A Administração da Companhia não identifica qualquer evidência que justifique a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. A Companhia considera sua rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. **h) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão.** De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura vinculados à prestação de serviço público, utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, que vigorou até 8 de dezembro de 2015, bem como a atual norma prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 691, de 8 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, deduzido dos encargos incidentes sobre os mesmos, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. **i) Fornecedores.** Inclui os saldos a pagar relativos ao suprimento de energia elétrica, aos encargos de uso da rede elétrica e as aquisições de materiais e serviços de terceiros. **j) Empréstimos e financiamentos.** São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo. **k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.** O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) aplicando-se, de acordo com a legislação vigente, a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%. A Companhia optou pelas alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 (Conversão da MP 627/2013) desde o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2014. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. Adicionalmente, em 06 de outubro de 2009, a Companhia obteve junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE o Laudo Constitutivo nº 0107/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% do imposto de renda e adicional não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB com jurisdição sobre o município de sua sede. Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica reserva de incentivos fiscais nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. **l) Provisões.** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **m) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante).** Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos



valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço. **n) Resultado.** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da prestação do serviço. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A energia fornecida e não faturada corresponde ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada. Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura. Mensalmente, a totalidade dos investimentos finalizados adicionada ao ativo intangível em curso é registrada no resultado como custo de construção. As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. **o) Benefícios a empregados.** A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo HSBF Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar. Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço. **p) Demonstração do valor adicionado.** A Companhia elaborou de forma espontânea a demonstração do valor adicionado ("DVA") nos termos do Pronunciamento Técnico nº 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), as quais não são requeridas para empresas de capital fechado e pelas IFRS, sendo apresentada como parte suplementar às demonstrações financeiras. A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período.

4. Revisão tarifária periódica 2016

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.119, de 16 de agosto de 2016, a ANEEL homologou o índice final de revisão tarifária periódica da Companhia de -9,52% (efeito médio a ser percebido pelos consumidores), aplicado na tarifa a partir de 22 de agosto de 2016, com vigência até 21 de agosto de 2017. O índice é composto por reajuste econômico de -3,78% e componente financeiro de -5,74%. São destacados a seguir os itens e seu efeito tarifário que compuseram a revisão tarifária de 2016:

Revisão Tarifária Periódica 2016		
	Encargos setoriais	1,46%
Parcela A	Custos de transmissão	1,76%
	Custos de aquisição de energia	-7,47%
Total da Parcela A		-4,25%
Total da Parcela B		0,47%
Índice de Reposicionamento Tarifário		
	Efeito dos itens financeiros - Processo atual	-2,47%
	Efeito da retirada dos itens financeiros - Processo anterior	-3,27%
Efeito Total dos Itens Financeiros		-5,74%
Reajuste Total Médio das Tarifas		-9,52%

5. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição financeira	2016	2015
Banestes S/A	459	403
Caixa Econômica Federal	30.579	19.395
SICOOB	143	104
Banco Santander Brasil S/A	6.097	7.002
Subtotal	37.278	26.904
Caixa e bancos conta movimento	1.642	2.118
Total	38.920	29.022

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um irrelevante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras se referem a Certificados de Depósito Bancário - CDB, remuneradas a taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Consumidores

Classe de consumo	Valores correntes			Valores renegociados		2016	2015
	Vincendos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD		
Fornecimento faturado ⁽¹⁾							
Residencial	4.619	2.876	(270)	97	(41)	7.281	9.671
Comercial, serviços e outros	3.102	1.993	(836)	65	(4)	4.320	5.843
Industrial	3.971	1.857	(323)	405	(127)	5.783	5.998
Rural	744	1.259	(92)	82	(8)	1.985	3.062
Poder Público	712	103	-	6	(2)	819	1.104
Iluminação Pública	641	147	(28)	-	-	760	1.247
Serviço Público	565	1	-	-	-	566	635
Subtotal	14.354	8.236	(1.549)	655	(182)	21.514	27.560
Fornecimento não faturado	5.687	-	-	-	-	5.687	7.557
Serviços cobráveis	46	-	-	-	-	46	39
Participação financeira	65	-	(20)	-	-	45	4
Encargos tarifários	2	-	-	-	-	2	2
Total	20.154	8.236	(1.569)	655	(182)	27.294	35.162

(1) Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

A composição dos ativos e passivos financeiros setoriais no exercício é demonstrada como segue:

Ativos financeiros setoriais - R\$ mil	Saldos em 31/12/2015			Constituição	Amortização	Atualização	Saldos em 31/12/2016	Valores em amortização	Valores em constituição	Valores em saldo a compensar
	Constituição	Amortização	Atualização							
CVA ativa	13.154	11.325	(11.589)	1.572	14.462	8.860	5.497	105		
Aquisição de energia - CVAenerg	8.803	5.629	(7.298)	945	8.079	4.440	3.639	-		
Proinfra	125	948	(391)	84	766	695	-	71		
Transporte rede básica	325	223	(330)	34	252	81	169	2		
ESS	-	1.870	(160)	295	2.005	284	1.689	32		
CDE	3.901	2.655	(3.410)	214	3.360	3.360	-	-		
Demais ativos financeiros setoriais	503	8.580	(1.194)	898	8.787	1.931	6.856			
Neutralidade da parcela A	503	3.563	(693)	121	3.494	1.040	2.454	-		
Sobrecontratação de Energia	-	5.017	(501)	777	5.293	891	4.402	-		
Total dos ativos financeiros setoriais	13.657	19.905	(12.783)	2.470	23.249	10.791	12.353	105		

Valores vencidos

Classe de consumo	Vincendos ⁽¹⁾	Há mais de 360 dias					PCLD ⁽²⁾	2016	2015
		Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias			
Residencial	4.619	2.406	201	110	43	116	(270)	7.225	9.614
Comercial, serviços e outros	3.102	865	206	85	247	590	(836)	4.259	5.750
Industrial	3.971	1.253	122	143	16	323	(323)	5.505	5.889
Rural	744	882	194	46	45	92	(92)	1.911	3.001
Poder Público	712	91	4	1	7	-	-	815	1.082
Iluminação Pública	641	119	-	-	-	28	(28)	760	1.247
Serviço Público	565	1	-	-	-	-	-	566	635
Total	14.354	5.617	727	385	358	1.149	(1.549)	21.041	27.218

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Os valores relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD foram apropriados em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: • Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias; • Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; • Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Adicionalmente, foi realizada uma análise criteriosa do saldo de consumidores, sendo o valor constituído considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Movimentação	R\$ mil
Saldo em 1º de dezembro de 2015	(566)
Adições	(584)
Baixas	151
Reversões	103
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(896)
Adições	(1.143)
Baixas	303
Reversões	187
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.549)

7. Concessionárias e permissionárias

O saldo de R\$ 1.213 se refere a crédito a receber referente à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2016.

8. Tributos compensáveis

Tributos compensáveis	Circulante		Não circulante	
	2016	2015	2016	2015
IRPJ (a)	772	253	-	-
CSLL (b)	114	-	-	-
ICMS (c)	287	369	860	1.107
Outros	18	30	-	-
Total	1.191	652	860	1.107

(a) O valor de R\$ 772 refere-se a saldo negativo de IRPJ dos exercícios 2016 (R\$ 519) e 2014 (R\$ 253). O saldo negativo de IRPJ do exercício 2014 foi objeto de pedido de restituição nos termos do PER/DCOMP nº 39324.67624.101215.1.2.02-1100, transmitido à Secretaria da Receita Federal do Brasil em 10 de dezembro de 2015, estando em análise.

(b) Refere-se a saldo negativo de CSLL do exercício 2016. (c) Refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, apropriado à razão de 1/48 avos por mês. Os valores com compensação estimada para o término do exercício social seguinte estão classificados como não circulante.

9. Almoxarifado operacional

O saldo de R\$ 1.073 (R\$ 1.171 em 2015) se refere às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição.

10. Ativos financeiros setoriais, líquidos

Os ativos e passivos financeiros setoriais se referem aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos.

No balanço patrimonial os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Movimentação	2016	2015
Saldos iniciais	6.610	4.762
Constituição	(277)	7.207
Amortização	(3.777)	(5.773)
Remuneração financeira setorial	319	414
Saldos finais	2.875	6.610



Passivos financeiros setoriais - R\$ mil	Saldos em 31/12/2015			Saldos em 31/12/2016			Valores em amortização		Valores em constituição		Valores em saldo a compensar
	Constituição	Amortização	Atualização	Constituição	Amortização	Atualização	Constituição	Amortização	Constituição	Amortização	
CVA passiva	148	23.560	(7.405)	994	17.297	13.054	3.452	791			
Aquisição de energia - CVAenerg	-	13.641	(4.803)	276	9.114	8.533	-	581			
Proinfra	59	1	(59)	-	1	-	-	1			
Transporte rede básica	89	-	(34)	7	62	62	-	-			
ESS	-	1.234	-	200	1.434	-	1.434	-			
CDE	-	8.684	(2.509)	511	6.686	4.459	2.018	209			
Demais passivos financeiros setoriais	6.899	(3.378)	(1.601)	1.157	3.077	1.510	1.567	-			
Neutralidade da parcela A	1.366	1.367	(1.496)	87	1.324	1.324	-	-			
Sobrecontratação de Energia	-	547	(105)	34	476	186	290	-			
Ultrapassagem de Demanda	-	347	-	21	368	-	368	-			
Excedente de Reativos	-	855	-	54	909	-	909	-			
Outros - Bandeiras tarifárias	5.533	(6.494)	-	961	-	-	-	-			
Total dos passivos financeiros setoriais	7.047	20.182	(9.006)	2.151	20.374	14.564	5.019	791			

11. Ativo financeiro indenizável

O saldo de R\$ 8.117 em 2016 (R\$ 2.743 em 2015) registrado no ativo não circulante da Companhia é composto pelo valor residual dos ativos da Base de Remuneração Regulatória ("BRR") ao final do prazo contratual da concessão a receber do Poder Concedente, relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Esse ativo financeiro está avaliado a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, que são reversíveis ao Poder Concedente ao final do prazo de concessão. A Companhia, com base no laudo de avaliação referente ao 4º Ciclo de Revisão Tarifária, registrou em 2016 um aumento do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 5.229. Esse aumento, juntamente com a atualização monetária no montante de R\$ 295, foi registrado a título de valor justo do ativo financeiro indenizável em contrapartida à rubrica de "Receita operacional líquida" (Nota Explicativa nº 20).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a movimentação dos saldos do ativo financeiro indenizável da concessão está assim apresentada:

Movimentação	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2014	121.791
Adições por transferências do intangível	9.068
Adições de obrigações especiais por transferências do intangível	(1.196)
Baixas por transferências para o intangível	(171.839)
Baixas de obrigações especiais por transferências para o intangível	44.919
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.743
Valor justo do ativo financeiro indenizável	5.524
Baixas por transferências para o intangível	(421)
Baixas de obrigações especiais por transferências para o intangível	271
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.117

Os investimentos na infraestrutura da concessão são inicialmente registrados no intangível em curso, durante o período da construção. Quando finalizados e em conformidade com a ITG 01, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrada no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão. A outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebida como indenização ao final da concessão.

Compete à ANEEL estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização quando do término do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e

Direito de concessão (infraestrutura)	Valor líquido em 31/12/2015	Ingressos	Transf. do intangível em curso	Transf. do ativo financeiro indenizável	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2016
Em serviço	171.642	-	24.097	421	-	(7.584)	(15.601)	172.975
Em curso	12.354	17.522	(24.097)	-	-	-	-	5.779
Subtotal	183.996	17.522	-	421	-	(7.584)	(15.601)	178.754
(-) Obrigações especiais	(44.919)	(12.424)	-	(271)	-	9.071	-	(48.543)
Total do intangível	139.077	5.098	-	150	-	1.487	(15.601)	130.211

Direito de concessão (infraestrutura)	Valor líquido em 31/12/2014	Ingressos	Transf. do intangível em curso	Transf. do ativo financeiro indenizável	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2015
Em serviço	3.920	11.731	13.192	171.839	(9.068)	(17.761)	(2.211)	171.642
Em curso	10.228	15.318	(13.192)	-	-	-	-	12.354
Subtotal	14.148	27.049	-	171.839	(9.068)	(17.761)	(2.211)	183.996
(-) Obrigações especiais	(438)	(1.845)	-	(44.919)	1.196	1.087	-	(44.919)
Total do intangível	13.710	25.204	-	126.920	(7.872)	(16.674)	(2.211)	139.077

Os saldos do intangível e do ativo financeiro indenizável (concessão) estão reduzidos pelas Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais) e pela Reserva para Reversão. As Obrigações Especiais e a Reserva para Reversão representam um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Companhia, e estão assim representadas:

Obrigações vinculadas à concessão	2016	2015
Participação financeira do consumidor	25.743	17.989
Participação da união	4.027	4.027
Participação dos estados	4.897	4.600
Participação dos municípios	5.571	5.561
Doações e subvenções	5	5
Ultrapassagem de demanda	1.428	-
Excedente de reativo	2.935	-
Reserva para reversão (a)	324	324
Diferença de VNR	20.501	20.918
Subtotal	65.431	53.424
Amortização acumulada	(16.888)	(7.817)
Total	48.543	45.607

Alocação	2016	2015
Ativo financeiro indenizável	-	688
Intangível	48.543	44.919
Total	48.543	45.607

(a) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971 representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

12. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

Direito de concessão (infraestrutura)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	2016	2015
Em serviço	259.793	(86.819)	172.974	171.642	
Em curso	5.779	-	5.779	12.354	
Subtotal	265.572	(86.819)	178.753	183.996	
(-) Obrigações especiais	(65.430)	16.888	(48.542)	(44.919)	
Total do intangível	200.142	(69.931)	130.211	139.077	

Direito de concessão (infraestrutura)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	2015	2014
Em serviço	250.876	(79.234)	171.642	3.920	
Em curso	12.354	-	12.354	10.228	
Subtotal	263.230	(79.234)	183.996	14.148	
(-) Obrigações especiais	(52.736)	7.817	(44.919)	(438)	
Total do intangível	210.494	(71.417)	139.077	13.710	

regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

As mutações do intangível são apresentadas a seguir:

Transf. do intangível em curso	Transf. do ativo financeiro indenizável	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2016
24.097	421	-	(7.584)	(15.601)	172.975
(24.097)	-	-	-	-	5.779
-	421	-	(7.584)	(15.601)	178.754
-	(271)	-	9.071	-	(48.543)
-	150	-	1.487	(15.601)	130.211

Transf. do intangível em curso	Transf. do ativo financeiro indenizável	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2015
13.192	171.839	(9.068)	(17.761)	(2.211)	171.642
(13.192)	-	-	-	-	12.354
-	171.839	(9.068)	(17.761)	(2.211)	183.996
-	(44.919)	1.196	1.087	-	(44.919)
-	126.920	(7.872)	(16.674)	(2.211)	139.077

13. Fornecedores

Composição	2016	2015
Suprimento de energia elétrica (a)	13.461	16.559
Encargos de uso da Rede Básica (b)	478	495
Materiais e serviços (c)	336	726
Total	14.275	17.780

(a) Inclui a compra de energia elétrica para revenda e o Proinfra.

(b) Refere-se ao transporte de energia elétrica pela rede básica.

(c) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica.

14. Empréstimos e financiamentos

Operação	Encargos da dívida (juros)	Principal		2016	2015
		Circulante	Não circulante		
Moeda nacional					
Eletrobrás - LPT - ECFS 020/2004	5	-	-	-	246
Eletrobrás - LPT - ECFS 098/2005	69	744	-	744	1.488
Eletrobrás - LPT - ECFS 183/2007	130	677	1.128	1.805	2.480
Eletrobrás - LPT - ECFS 226/2008	178	679	1.925	2.604	3.284
Eletrobrás - LPT - ECFS 256/2008	166	550	1.924	2.474	3.024
Eletrobrás - LPT - ECFS 296/2010	37	101	461	562	663
Banco do Brasil S/A - 40/00513-5	59	234	722	956	1.190
Banco do Brasil S/A - 40/00805-3	34	212	1.042	1.254	1.466
Banco do Brasil S/A - 40/00855-X	2	13	66	79	93
Banco do Brasil S/A - 40/00857-6	4	24	119	143	167
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	12	70	358	428	498



Operação	Encargos da dívida (juros)	Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	2016	2015
Moeda nacional					
Banco do Brasil S/A - 40/00877-0	1	6	29	35	41
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	4	15	90	105	120
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	49	191	1.112	1.303	1.494
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	9	37	213	250	287
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	13	28	180	208	222
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	5	10	64	74	79
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	14	26	172	198	209
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	10	19	127	146	154
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	15	29	202	231	233
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	9	17	115	132	133
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	2	5	30	35	36
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	3	6	40	46	46
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	12	23	158	181	183
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	135	266	1.842	2.108	2.130
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	3	5	38	43	43
Total	980	3.987	12.157	16.144	20.009

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Apresentamos a seguir as condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016:

Operação	Vencimento	Características da operação		Custo da dívida		Principal		Total
		Periodicidade de amortização	de Garantias reais	Indexador	Taxa de juros a.a.	Circu- lante	Não Circu- lante	
Eletrobrás - LPT - ECFS 098/2005	30/12/2017	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	744	-	744
Eletrobrás - LPT - ECFS 183/2007	30/08/2019	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	677	1.128	1.805
Eletrobrás - LPT - ECFS 226/2008	30/10/2020	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	679	1.925	2.604
Eletrobrás - LPT - ECFS 256/2008	30/06/2021	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	550	1.924	2.474
Eletrobrás - LPT - ECFS 296/2010	30/07/2022	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	101	461	562
Banco do Brasil S/A - 40/00513-5	15/01/2021	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	5,50%	234	722	956
Banco do Brasil S/A - 40/00805-3	15/11/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	212	1.042	1.254
Banco do Brasil S/A - 40/00855-X	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	13	66	79
Banco do Brasil S/A - 40/00857-6	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	24	119	143
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	70	358	428
Banco do Brasil S/A - 40/00877-0	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	6	29	35
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	12/11/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	15	90	105
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	15/10/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	191	1.112	1.303
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	15/09/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	37	213	250
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	28	180	208
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	10	64	74
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	26	172	198
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	19	127	146
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	29	202	231
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	17	115	132
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	5	30	35
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	6	40	46
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	23	158	181
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	266	1.842	2.108
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	15/01/2025	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	5	38	43
Total						3.987	12.157	16.144

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

Exercício	R\$ mil
2018	3.242
2019	3.018
2020	2.453
2021	1.395
2022	1.038
2023+	1.011
Total	12.157

A mutação dos empréstimos e financiamentos é apresentada a seguir:

Movimentação	Circulante		Não circulante		Total
	2016	2015	2016	2015	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	9.861	17.204	17.204	27.065	
Ingressos	5.346	2.804	2.804	8.150	
Encargos	922	-	-	922	
Amortizações (principal e encargos)	(16.128)	-	-	(16.128)	
Transferências	3.865	(3.865)	(3.865)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.866	16.143	16.143	20.009	
Ingressos	-	7	7	7	
Encargos	988	-	-	988	
Amortizações (principal e encargos)	(4.860)	-	-	(4.860)	
Transferências	3.993	(3.993)	(3.993)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.987	12.157	12.157	16.144	

15. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Circulante	
	2016	2015
Provisão para férias (incluindo encargos sociais)	1.723	1.611
Tributos retidos na fonte	138	119
Consignações em favor de terceiros	7	7
Participações estatutárias (Administradores)	1.781	2.617
Total	3.649	4.354

15.1 Participações estatutárias

As participações estatutárias foram calculadas de acordo com as disposições do estatuto social da Companhia, a saber:

Composição	2016	2015
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	25.295	28.431
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(1.958)	(2.266)
Reserva de lucros a realizar	(5.524)	-
Lucro líquido do exercício ajustado	17.813	26.165
Participações estatutárias (10%)	1.781	2.617

16. Tributos

Composição	Circulante	
	2016	2015
Tributos federais	1.213	2.312
IRPJ	-	414
CSLL	-	160
PIS	215	308
COFINS	998	1.430
Tributos estaduais	4.736	6.651
ICMS	4.736	6.651
Tributos municipais	4	7
ISSQN	4	7
Contribuições sociais	494	449
INSS	360	329
FGTS	134	120
Tributos retidos na fonte	362	336
IRRF	302	267
CSLL	5	6
PIS	3	4
COFINS	16	18
INSS	36	41
Total	6.809	9.755

17. Encargos setoriais

Composição	2016	2015
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (a)	1.039	799
Programa de Eficiência Energética - PEE (a)	2.039	2.647
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (b)	2.503	3.622
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	30	29
Bandeiras tarifárias (c)	-	4.144
Outros	2	2
Total	5.613	11.243

(a) Pesquisa & Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE: a Companhia, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% sobre a receita da Companhia é destinado aos Programas de Eficiência Energética ("PEE"), Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ("FNDCT") e ao Ministério de Minas e Energia ("MME") e, a partir de maio de 2016, ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("PROCEL"). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente. A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008 e nº 316, de 13 de maio de 2008, e Ofício Circular nº 1.644/2009-SF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009. Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME. (b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelo sistema interligado, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. (c) Bandeiras tarifárias: conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT"), destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

18. Outros passivos circulantes e não circulantes

Composição	Circulante		Não circulante	
	2016	2015	2016	2015
Consumidores	162	429	-	-
Valores a repassar (a)	986	1.373	-	-
Prêmios de seguros	248	5	-	-
Reembolsos do fundo da CDE (b)	12.135	-	-	-
Outros passivos	35	23	122	47
Total	13.566	1.830	122	47

(a) Refere-se à arrecadação da CIP e de outros valores a repassar. (b) Refere-se aos valores recebidos em montante superior aos descontos nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição contabilizados para a atividade rural, irrigante e tratamento de água, esgoto e saneamento, que serão compensados e ajustados a partir do próximo reajuste tarifário. Esses descontos foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 605/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, através da Eletrobrás, gestora do fundo.

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social da Companhia era de R\$ 95 milhões, composto por 4.807.604 ações, sem valor nominal, sendo 3.193.887 ações ordinárias (66,43%) e 1.613.717 ações preferenciais (33,57%), assim representado:

Espécie / Classe	2016		2015	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Ordinárias	3.193.887	63.112	3.193.887	63.112
Preferenciais	1.613.717	31.888	1.613.717	31.888
Total	4.807.604	95.000	4.807.604	95.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		29,78		31,14



19.2 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Reservas de lucro	2016	2015
Reserva legal (a)	11.428	10.627
Reserva de incentivos fiscais (b)	4.961	3.003
Reserva de lucros a realizar (c)	17.451	12.336
Reserva de retenção de lucros (d)	14.351	28.736
Total	48.191	54.702

(a) Constituída com 5% do lucro líquido do exercício deduzido das reservas de incentivo fiscal e lucros a realizar constituídas no período. A reserva legal está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. (b) Corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Essa subvenção governamental é reconhecida no resultado do exercício da Companhia, e em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, devendo ser transferido para a rubrica reserva de incentivos fiscais nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. (c) Até 31 de dezembro de 2011 o ativo financeiro de indenização estava mensurado com base no custo histórico, por não haver, no melhor entendimento da Administração, previsão contratual e/ou legal para sua mensuração com base na metodologia de Valor Novo de Reposição ("VNR"). Com o advento da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, ficou estabelecido que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, deve considerar como base a metodologia de VNR, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou o registro contábil do valor da diferença entre o VNR e o custo histórico, no montante de R\$ 12.533, em contrapartida ao resultado do exercício, constituindo, em seguida, no patrimônio líquido, essa reserva de lucros a realizar. Em função do novo prazo da concessão, prorrogado para 7 de julho de 2045, uma significativa parcela do ativo financeiro foi reclassificada para o intangível e será amortizada durante esse novo prazo da concessão. Consequentemente, essa reserva de lucros a realizar será realizada também pelo novo prazo da concessão. Adicionalmente, a Companhia, com base no laudo de avaliação referente ao 4º Ciclo de Revisão Tarifária, registrou em 2016 um aumento do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 5.229. Esse aumento, juntamente com a atualização monetária no montante de R\$ 295, foi registrado a título de valor justo do ativo financeiro indenizável em contrapartida à rubrica de "Receita operacional líquida", sendo, no encerramento do exercício, transferido para essa reserva de lucros a realizar. (d) Do lucro líquido do exercício, R\$ 2.880 foram destinados para a reserva de retenção de lucros, para a execução de planos de investimentos, no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.

19.3 Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio

Com base no resultado do exercício, a Administração da Companhia está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Composição	2016	2015
Lucro líquido do exercício	23.514	25.814
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(1.958)	(2.266)
Reserva de lucros a realizar	(5.524)	-
Constituição de reserva legal	(801)	(1.178)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(8.536)	(7.836)
Base de cálculo dos dividendos	6.695	14.534

Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

	2016	2015
Ações ordinárias	1.673	3.633
Ações preferenciais	2.551	2.551
Total dos dividendos propostos	4.224	6.184
Juros sobre o capital próprio	8.536	7.836
Total dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	12.760	14.020

Os juros sobre o capital próprio foram calculados e creditados observando-se os limites estabelecidos pela legislação fiscal, com base na variação da T.JLP do período de janeiro a dezembro de 2016, no valor total de R\$ 8.536. A movimentação e respectivos saldos das contas de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio no exercício 2016 é apresentada a seguir:

Movimentação	Dividendos propostos	JCP	Saldo
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.184	5.174	11.358
(+) Crédito de JCP	-	8.536	19.894
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(1.280)	18.614
(-) Pagamento de JCP	-	(6.583)	12.031
(+) Crédito de dividendos complementares	11.816	-	23.847
(-) Pagamento de dividendos	(18.000)	-	5.847
(+) Crédito de dividendos mínimos obrigatórios	4.224	-	10.071
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.224	5.847	10.071

21. Custos operacionais

21.1 Custo com energia elétrica

Composição	2016		2015	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Energia elétrica comprada para revenda	649.404	133.298	619.084	151.587
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	7.369	-	5.563
Proinfa	13.700	4.486	12.444	3.137
Geração própria	2.721	-	3.100	-
Total	665.825	145.153	634.628	160.287

21.2 Custo de operação

Composição	2016	2015
Pessoal e administradores	21.585	19.507
Material	2.920	3.244
Serviços de terceiros	7.301	6.580
Arrendamentos e aluguéis	1.015	893
Seguros	557	546
Doações, contribuições e subvenções	27	53
Provisões	989	839
(-) Recuperação de despesas	(424)	(468)
Tributos	740	720
Amortização	6.507	6.863
Gastos diversos	4.455	3.676
Custo de Construção	24.097	24.923
Total	69.769	67.376

20. Receita operacional líquida

Receita operacional	Número de consumidores		MWh		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento de energia elétrica						
Fornecimento faturado						
Residencial	66.243	64.996	132.740	130.203	47.291	51.840
Industrial	1.949	1.888	90.319	97.091	32.377	39.668
Comercial, serviços e outros	8.236	8.124	83.362	87.249	30.224	35.772
Rural	30.551	29.907	167.380	194.918	26.941	36.949
Poder público	935	936	15.563	16.338	5.083	6.247
Iluminação pública	19	19	19.946	18.881	4.036	4.747
Serviço público	140	130	11.821	11.781	3.804	4.547
Consumo próprio	37	36	779	791	-	-
Total do fornecimento faturado	108.110	106.036	521.910	557.252	149.756	179.770
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(1.117)	-
Total do fornecimento de energia elétrica	108.110	106.036	521.910	557.252	148.639	180.909
Disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD						
TUSD faturada - Consumidores cativos						
Residencial	-	-	-	-	46.876	45.130
Industrial	-	-	-	-	26.029	25.140
Comercial, serviços e outros	-	-	-	-	28.109	28.448
Rural	-	-	-	-	26.294	28.552
Poder público	-	-	-	-	5.311	5.186
Iluminação pública	-	-	-	-	4.026	3.735
Serviço público	-	-	-	-	3.202	2.785
TUSD faturada - Consumidores livres	3	-	3.960	-	1.167	-
Total da TUSD faturada	3	-	3.960	-	141.014	138.976
TUSD não faturada	-	-	-	-	(753)	880
Total da disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD	3	-	3.960	-	140.261	139.856
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo - CCEE	-	-	-	-	5.473	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	4.527	6.923
Serviços cobráveis	-	-	-	-	396	361
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	42.323	41.845
Receita de construção	-	-	-	-	24.097	24.923
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	-	730	1.157
Arrecadação de convênios	-	-	-	-	556	504
Valor justo do ativo financeiro indenizável	-	-	-	-	5.524	-
Ganhos na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	212	2.833
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	586	84
Total das outras receitas operacionais	-	-	-	-	84.424	78.630
Receita operacional bruta	108.113	106.036	525.870	557.252	373.324	399.395
(-) Deduções à receita operacional						
Tributos sobre a receita						
PIS	-	-	-	-	(5.584)	(3.269)
COFINS	-	-	-	-	(25.722)	(15.051)
ICMS	-	-	-	-	(63.303)	(68.127)
ISSQN	-	-	-	-	(34)	(45)
Total dos tributos sobre a receita	-	-	-	-	(94.643)	(86.492)
Encargos do consumidor						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	(1.045)	(1.117)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	(1.045)	(1.117)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(30.781)	(31.687)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	(355)	(343)
Outros encargos do consumidor	-	-	-	-	(4.807)	(24.515)
Total dos encargos do consumidor	-	-	-	-	(38.033)	(68.779)
Total das deduções à receita operacional	-	-	-	-	(132.676)	(145.271)
Receita operacional líquida	108.113	106.036	525.870	557.252	240.648	254.124

21.2.1 Pessoal e administradores

Composição	2016	2015
Pessoal		
Remuneração	11.988	10.924
Encargos	4.197	3.920
Previdência privada	444	402
Outros benefícios	1.685	1.290
Subtotal	18.314	16.536
Administradores (Diretoria e Conselho)		
Honorários	2.444	2.220
Encargos	637	578
Previdência privada	190	173
Subtotal	3.271	2.971
Total	21.585	19.507

22. Resultado financeiro

Composição	2016	2015
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	4.309	1.916
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	4.465	5.095
Atualização monetária de ativos financeiros setoriais	2.457	521
Variação cambial	-	1.194
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	-	2.941
Outras receitas financeiras	11	360
Total das receitas financeiras	11.242	12.027



Composição	2016	2015
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(980)	(1.197)
Encargos de dívidas - variação cambial	-	(2.866)
Atualização monetária de passivos financeiros setoriais	(2.152)	(87)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	(390)	(347)
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	-	(1.718)
Outras despesas financeiras	(148)	(42)
Total das despesas financeiras	(3.670)	(6.257)
Resultado Financeiro	7.572	5.770

23. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Composição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2016	2015	2016	2015
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	28.125	32.044	28.125	32.044
Juros sobre o capital próprio	(8.536)	(7.836)	(8.536)	(7.836)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	19.589	24.208	19.589	24.208
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	2.938	3.631	1.763	2.179
Base de cálculo do adicional do IRPJ	19.349	23.968		
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%		
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	1.935	2.397		
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	4.873	6.028	1.763	2.179
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício				
(+) Adições				
Doações e contribuições	57	39	21	14
Multas indedutíveis	110	2	-	-
Outras adições	328	247	118	89
(-) Exclusões				
Incentivo fiscal SUDENE	(1.958)	(2.266)	-	-
Incentivo fiscal PAT	(23)	(23)	-	-
Doações ao FIA	(10)	(10)	-	-
Outras exclusões	(1.540)	(1.839)	(909)	(847)
	(3.531)	(4.138)	(909)	(847)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	1.837	2.178	993	1.435
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	9,38%	9,00%	5,07%	5,93%

24. Contingências

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, fiscal, trabalhista e previdenciária.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia julga não ser necessária a constituição de nenhuma provisão contábil por não ser provável nenhuma saída de recursos.

A Companhia é parte em ações de natureza cível e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 843 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.807 em 2015).

Além disso, para fazer frente a questões cíveis, a Companhia possui cobertura securitária para danos materiais, pessoais e morais causados a terceiros em decorrência das suas operações (Nota Explicativa nº 28).

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia, que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro. Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, a saber:

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento.

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intensão de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

25.1 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

A tabela a seguir apresenta a classificação, os valores contábeis e os valores justos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros da Companhia:

	Valor contábil		Valor justo	
	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)	78.419	73.537	78.419	73.537
Empréstimos e recebíveis	28.507	35.162	28.507	35.162
Consumidores	27.294	35.162	27.294	35.162
Concessionárias e permissionárias	1.213	-	1.213	-
Valor justo por meio do resultado	38.920	29.022	38.920	29.022
Caixa e equivalentes de caixa	38.920	29.022	38.920	29.022
Disponível para venda	10.992	9.353	10.992	9.353
Ativos financeiros setoriais	2.875	6.610	2.875	6.610
Ativo financeiro indenizável	8.117	2.743	8.117	2.743
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)	40.490	49.147	40.490	49.147
Custo amortizado	40.490	49.147	40.490	49.147
Fornecedores	14.275	17.780	14.275	17.780
Empréstimos e financiamentos	16.144	20.009	16.144	20.009
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	10.071	11.358	10.071	11.358

25.2 Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação:

•Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. •Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluindo no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). •Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	1.642	37.278	-	38.920
Disponível para venda				
Ativos financeiros setoriais	-	-	2.875	2.875
Ativo financeiro indenizável	-	-	8.117	8.117
Passivos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos	-	16.144	-	16.144

25.3 Riscos financeiros

A Administração da Companhia é responsável global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas e revisadas regularmente para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus acionistas.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos), deduzidos do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas lucros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

O principal risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

26. Benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo HSBC Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar. Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

As contribuições da Companhia para os planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores somaram R\$ 634 em 2016 (R\$ 575 em 2015).

27. Transações com partes relacionadas

Os acionistas controladores da Companhia também são controladores da Santa Maria Participações S/A, empresa constituída em decorrência de uma cisão parcial da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. (b) Os imóveis locados se destinam à sede e ao depósito da Companhia, suportados por contratos que foram submetidos a uma audiência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As transações realizadas durante o exercício entre a Companhia e a Santa Maria Participações S/A são apresentadas a seguir:

Tipo de transação	R\$ mil
Prestação de serviços (a)	3.237
Locação de imóveis (b)	928
Total	4.165

(a) Os serviços contratados pela Companhia se referem a limpeza de faixas de servidão e leitura de medidores, entrega de contas, reativos, corte e religação, suportados por contratos que foram submetidos a audiência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. (b) Os imóveis locados se destinam à sede e ao depósito da Companhia, suportados por contratos que foram submetidos a uma audiência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2016, não há saldos em aberto com a Santa Maria Participações S/A.

Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo foi de R\$ 2.444 (R\$ 2.220 em 2015). Além da remuneração, a Companhia patrocina planos de benefícios complementares de aposentadoria para seus diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, sendo a despesa no montante de R\$ 190 (R\$ 173 em 2015). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$ 637 (R\$ 578 em 2015).

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:



Ramos	Data de vencimento	2016	2015
Risco operacional (a)	25/08/2017	63.430	57.877
Responsabilidade civil geral (b)	25/08/2017	1.800	1.800
Responsabilidade civil geral - danos morais (c)	25/08/2017	360	360
Total		65.590	60.037

(a) Cobertura securitária das subestações, usinas e demais equipamentos, bem como do edifício sede e depósito de materiais da Companhia. (b) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia. (c) Cobertura securitária para danos morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistro cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

29. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Contratos de compra de energia - R\$ mil

Vigência	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
2018 a 2050	119.613	94.735	82.343	65.347	65.347	1.491.211

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2016, e foram homologados pela ANEEL.

Diretoria		
Arthur Arpini Coutinho Diretor-Presidente	Angelo Arpini Coutinho Diretor Vice-Presidente	Angelo André Bosi Diretor

Contador	
Carlos Alberto Lima CRC. ES/009263/O-2	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e administradores
EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A
Colatina, ES.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor

adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 10 de março de 2017.

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL – ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL – ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DA 2ª ZONA DA SERRA
www.cartorioserra.com.br/dtals.php
Av. Eudes Scherrer de Souza, 1.350, Cep: 29.165-680 Laranjeiras, Serra - ES, Tel: (27) 3038-7927 / 3038-7950

INTIMAÇÃO
(S.F.I. LEI 9.514 de 20/11/97)

Dra. ETELVINA ABREU DO VALLE RIBEIRO, Oficial e Tabelião do Cartório do 1º Ofício 2ª Zona da Serra, Comarca da Capital, concursada e nomeada na forma da Lei, etc., vêm a requerimento do **BANCO DO BRASIL S/A**, nos termos do Art. 26 da Lei 9.514/97, **INTIMAR** o Sr. **RAMON IAGO CONRADO DE ALMEIDA** CPF nº 140.561.737-37, proprietário do imóvel situado na Rua Cristóvão Colombo, s/nº, Apto. 408, Bloco 08, Residencial Top Life Cancion, Bairro São Diogo II, Serra-ES, a fim de que compareça a esta Serventia, **NO PRAZO DE 15 DIAS**, contados da presente publicação, para liquidar as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, previstos no parágrafo primeiro do citado artigo, **sob pena de ser promovida a CONSOLIDAÇÃO DA PLENA PROPRIEDADE** em nome do Credor Fiduciário **BANCO DO BRASIL S/A**, (CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO Nº 160.902.245, GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, datado de 31/08/2015 Matrícula do Imóvel nº 78.359, Livro 2, desta Serventia).
E esclarecemos que o pagamento deverá ser feito em cheque administrativo, nominal ao **BANCO DO BRASIL S/A**, somando-se, o valor das parcelas vencidas, mais emolumentos referente a intimação e as despesas com a publicação deste edital. **A presente INTIMAÇÃO está sendo feita por Edital, em atendimento ao disposto no §4º do art. 26, da Lei 9.514/97, alterado pelo art. 103 da Lei 13.043/2014**, Serra ES, 17 de Abril de 2017.

ETEVLINA ABREU DO VALLE RIBEIRO
Oficial e Tabelião
Horário de Funcionamento das 09:00 às 18:00h

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DA 2ª ZONA DA SERRA
www.cartorioserra.com.br/dtals.php
Av. Eudes Scherrer de Souza, 1.350, Cep: 29.165-680 Laranjeiras, Serra - ES, Tel: (27) 3038-7927 / 3038-7950

INTIMAÇÃO
(S.F.I. LEI 9.514 de 20/11/97)

Dra. ETELVINA ABREU DO VALLE RIBEIRO, Oficial e Tabelião do Cartório do 1º Ofício 2ª Zona da Serra, Comarca da Capital, concursada e nomeada na forma da Lei, etc., vêm a requerimento do **BANCO DO BRASIL S/A**, nos termos do Art. 26 da Lei 9.514/97, **INTIMAR** a Sra. **MONICA DA CONCEIÇÃO DIAS** CPF nº 073.418.907-85, proprietária do imóvel situado na Rua Am Placido II, Apto. 311, Bloco 04, Condomínio Residencial Parque Santa, Bairro Colina de Laranjeiras, Serra-ES, a fim de que compareça a esta Serventia, **NO PRAZO DE 15 DIAS**, contados da presente publicação, para liquidar as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, previstos no parágrafo primeiro do citado artigo, **sob pena de ser promovida a CONSOLIDAÇÃO DA PLENA PROPRIEDADE** em nome do Credor Fiduciário **BANCO DO BRASIL S/A**, (CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO Nº 348.055.259, GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, datado de 10.10.2013 Matrícula do Imóvel nº 80.908, Livro 2, desta Serventia).
E esclarecemos que o pagamento deverá ser feito em cheque administrativo, nominal ao **BANCO DO BRASIL S/A**, somando-se, o valor das parcelas vencidas, mais emolumentos referente a intimação e as despesas com a publicação deste edital. **A presente INTIMAÇÃO está sendo feita por Edital, em atendimento ao disposto no §4º do art. 26, da Lei 9.514/97, alterado pelo art. 103 da Lei 13.043/2014**, Serra ES, 17 de Abril de 2017.

ETEVLINA ABREU DO VALLE RIBEIRO
Oficial e Tabelião
Horário de Funcionamento das 09:00 às 18:00h

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DA 2ª ZONA DA SERRA
www.cartorioserra.com.br/dtals.php
Av. Eudes Scherrer de Souza, 1.350, Cep: 29.165-680 Laranjeiras, Serra - ES, Tel: (27) 3038-7927 / 3038-7950

INTIMAÇÃO
(S.F.I. LEI 9.514 de 20/11/97)

Dra. ETELVINA ABREU DO VALLE RIBEIRO, Oficial e Tabelião do Cartório do 1º Ofício 2ª Zona da Serra, Comarca da Capital, concursada e nomeada na forma da Lei, etc., vêm a requerimento da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, nos termos do Art. 26 da Lei 9.514/97, **INTIMAR** o Sr. **MANUEL ALEJANDRO ROJAS PEREIRA** CPF nº 088.683.757-02, proprietário do imóvel situado Avenida Copacabana, Apto. 102, Bl. 20, Condomínio Parque Residencial Laranjeiras II, Setor A3, Fazenda Guaxindiba, Manguiinhos, Serra-ES, CEP 29166820, a fim de que compareça a esta Serventia, **NO PRAZO DE 15 DIAS**, contados da presente publicação, para liquidar as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, previstos no parágrafo primeiro do citado artigo, **sob pena de ser promovida a CONSOLIDAÇÃO DA PLENA PROPRIEDADE** em nome do Credor Fiduciário **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, (CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO Nº 855551602493, GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, datado de 10/11/2011 Matrícula do Imóvel nº 46.831, Livro 2, desta Serventia).
E esclarecemos que o pagamento deverá ser feito em cheque administrativo, nominal ao **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, somando-se, o valor das parcelas vencidas, mais emolumentos referente a intimação e as despesas com a publicação deste edital. **A presente INTIMAÇÃO está sendo feita por Edital, em atendimento ao disposto no §4º do art. 26, da Lei 9.514/97, alterado pelo art. 103 da Lei 13.043/2014**, Serra ES, 17 de Abril de 2017.

ETEVLINA ABREU DO VALLE RIBEIRO
Oficial e Tabelião
Horário de Funcionamento das 09:00 às 18:00h

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DA 2ª ZONA DA SERRA
www.cartorioserra.com.br/dtals.php
Av. Eudes Scherrer de Souza, 1.350, Cep: 29.165-680 Laranjeiras, Serra - ES, Tel: (27) 3038-7927 / 3038-7950

INTIMAÇÃO
(S.F.I. LEI 9.514 de 20/11/97)

Dra. ETELVINA ABREU DO VALLE RIBEIRO, Oficial e Tabelião do Cartório do 1º Ofício 2ª Zona da Serra, Comarca da Capital, concursada e nomeada na forma da Lei, etc., vêm a requerimento do **BANCO DO BRASIL S/A**, nos termos do Art. 26 da Lei 9.514/97, **INTIMAR** os Srs. **JOÃO CARLOS BATISTA** CPF nº 027.856.377-55 e **KARLLA TORRES MUNIZ** CPF nº 107.578.597-88, proprietários do imóvel situado na Rua Cristóvão Colombo, nº 157, São Diogo II, Apto. 203, Bloco 05, Residencial Top Life, Serra Malhada, Serra-ES, a fim de que compareçam a esta Serventia, **NO PRAZO DE 15 DIAS**, contados da presente publicação, para liquidar as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, previstos no parágrafo primeiro do citado artigo, **sob pena de ser promovida a CONSOLIDAÇÃO DA PLENA PROPRIEDADE** em nome do Credor Fiduciário **BANCO DO BRASIL S/A**, (CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO Nº 160.902.107, GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, datado de 01/04/2015 Matrícula do Imóvel nº 76.726, Livro 2, desta Serventia).
E esclarecemos que o pagamento deverá ser feito em cheque administrativo, nominal ao **BANCO DO BRASIL S/A**, somando-se, o valor das parcelas vencidas, mais emolumentos referente a intimação e as despesas com a publicação deste edital. **A presente INTIMAÇÃO está sendo feita por Edital, em atendimento ao disposto no §4º do art. 26, da Lei 9.514/97, alterado pelo art. 103 da Lei 13.043/2014**, Serra ES, 17 de Abril de 2017.

ETEVLINA ABREU DO VALLE RIBEIRO
Oficial e Tabelião
Horário de Funcionamento das 09:00 às 18:00h

COMUNICADO PP Nº 006/2017
Exclui-se deste edital:
Itens: 73 a 81 e 199 a 207 do Anexo II – Descrição do Objeto.
São Mateus-ES, 12/04/2017.
Vanuza Perlel
Pregoeira

COMUNICADO
DFD COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME, CNPJ Nº 22.150.961/0001-15, torna público que REQUEREU da SEMDEC, através do Processo nº10672/2017-1, a Licença Ambiental de Regularização (LAR), para a Atividade de Triagem e Armazenamento temporário de peças e acessórios usados para veículos automotores, contaminados ou não com produto ou resíduos perigosos (FERRO-VELHO), na localidade de Dom Bosco, no município de CARIÁCIA-ES.

COMUNICADO
A "R.E.D GRANIT MINERAÇÃO LTDA", torna público que obteve do IEMA, através do processo nº 51762072, a renovação da Licença Prévia (LP – GCA/CLM/Nº 152/2016/ CLASSE II), referente ao processo DNPM nº 890.084/1985, no local denominado Córrego da Explosão, Zona Rural, Município de Ecoporanga – ES.

COMUNICADO
CLICK ART ESTUDIO FOTOGRÁFICO EIRELI - ME, CNPJ: 19.427.040/0001-42 torna público que está REQUERENDO da SEMMAM a Dispensa de Licenciamento Ambiental para a atividade de Produção de Fotografia, exceto aérea e submarina na localidade da Rua Doutor Américo Oliveira, 320, 3º Pav, Consolação, Município de Vitória-ES.